

2. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA RELATIVA AO 1º. SEMESTRE DE 2017 - MUNICÍPIO DE BRAGA E EMPRESAS MUNICIPAIS:

Da **DPCG**, submetendo Análise Económica e Financeira relativa ao 1º. semestre de 2017, do Município de Braga, e Empresas Municipais, devendo a mesma ser remetida também ao Órgão Deliberativo (alínea d) do nº. 2, atº. 77º. da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

Os referidos documentos dão-se como reproduzidos e transcritos, e vão ser arquivados em pasta anexa ao Livro de Atas, depois de rubricados por todos os membros presentes na reunião.

PARECERES/INFORMAÇÕES

Do Sr. Presidente para o efeito
constante no Relatório Financeiro do
Análise local. Deve ser
então a união do Órgão Executivo
na Deliberação do Município de
Braga.

2017/12/11

[Handwritten signature]

DESPACHOS/DELIBERAÇÕES

A ... do Excmo. Municipal
17/12/17

O Presidente da Câmara Municipal,

[Handwritten signature]
Ricardo Rio, Dr.

INFORMAÇÃO N.º: DPCG060

DATA: 05/12/2017

ASSUNTO:

Informação Económico Financeira do Município de Braga – 1º Semestre de 2017

Exmo. Presidente da Câmara Municipal,

De acordo com o disposto na alínea d) do número 2 artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, é da competência do auditor externo que procede anualmente à revisão legal das contas, remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo do município informação sobre a respetiva situação económica e financeira. Assim, remetem-se as demonstrações financeiras do Município de Braga reportadas a 30 de Junho de 2017, preparadas pela Divisão de Contabilidade, Planeamento e Controlo de Gestão, bem como parecer do Auditor Externo sobre Informação Financeira Semestral emitido pelos Revisores Oficiais de Contas.

CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE, PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO,

[Handwritten signature]

Sandro Louro



BRAGA
Município

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS SEMESTRAL - 2017

Esta página ficou propositadamente em branco.

INDICE

INTRODUÇÃO.....	3
I. ANÁLISE COMPARATIVA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO BALANÇO.....	4
II. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	7
2.1.Evolução dos Proveitos.....	9
2.2.Evolução dos Custos.....	10
III. INDICADORES DE ANÁLISE	12
IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	13
V. DÍVIDA TOTAL.....	18
VI. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES.....	20

INTRODUÇÃO

De acordo com o disposto no artigo 77º, nº 2 da Lei nº 73/2014, de 3 de setembro, remetem-se as demonstrações financeiras do Município de Braga reportadas a 30 de junho de 2017, bem como o parecer sobre a informação semestral emitido pelos Revisores Oficiais de Contas.

Os documentos de prestação de contas relativos ao primeiro semestre de 2017 foram preparados de acordo com os princípios contabilísticos previstos no POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as devidas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril. Assim, embora os presentes documentos não tenham a profundidade nem a extensão da informação prestada no final do exercício, os princípios contabilísticos que lhes estão subjacentes correspondem, no essencial, aos aplicados no final do mesmo.

Tendo como objetivo uma análise da evolução da situação económico-financeira do Município, procedeu-se à comparação dos saldos do 1.º semestre de 2017, em termos de balanço, a 31 de dezembro de 2016, e de demonstração de resultados, a 30 de junho de 2016.

Com efeito, o presente relatório incide, no essencial, sobre a apreciação da situação económica e financeira do Município à data de 30 de junho de 2017.

I. ANÁLISE COMPARATIVA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO BALANÇO

Através da análise do balanço é possível analisar a situação financeira do município a 30 de Junho de 2017, conforme determina o Plano Oficial das Autarquias Locais (POCAL). Assim, o quadro abaixo reflete a estrutura e a evolução patrimonial deste Município no semestre de 2017.

Descrição	30/06/2017		31/12/2016		Variação 2017/2016	
	Ativo Líquido	Peso de cada rubrica (%)	Ativo Líquido	Peso de cada rubrica (%)	Valor	%
Ativo						
Imobilizado	493 255 424	91,1	489 595 724	91,3	3 659 699	0,7
Existências	389 128	0,1	504 620	0,1	-115 492	-
Dívidas de Terceiros	9 350 604	1,7	9 039 920	1,7	310 684	3,4
Disponibilidades	4 111 447	0,8	4 847 163	0,9	-735 716	-15,2
Acréscimos e Diferimentos	34 059 562	6,3	32 494 187	6,1	1 565 375	4,8
Total Ativo	541 166 165	100,0	536 481 614	100,0	4 684 550	0,9
Fundos Próprios e Passivo						
Fundos Próprios						
Património	189 434 336	35,0	189 434 336	35,3	0	0,0
Ajust. de partes de capital em empresas	10 055 530	1,9	10 055 530	1,9	0	---
Reservas	8 368 802	1,5	8 196 738	1,5	172 064	2,1
Doações	413 396	0,1	413 396	0,1	0	0,0
Reservas Decorrentes da Transf. Ativos	25 630 068	4,7	25 630 068	4,8	0	---
Resultados Transitados	202 473 984	37,4	192 899 887	36,0	9 574 097	5,0
Resultado Líquido	340 647	0,1	3 441 277	0,6	-3 100 630	-90,1
Total Fundos Próprios	436 716 782	80,7	430 071 231	80,2	6 645 531	1,5
Passivo						
Provisões para riscos e encargos	1 561 812	0,3	1 643 233	0,3	-81 422	-5,0
Dividas a Terceiros						
Dividas a Terceiros - M/L prazo	31 993 429	5,9	35 136 049	6,5	-3 142 620	-8,9
Dividas a Terceiros - Curto prazo	18 384 781	3,4	17 883 500	3,3	501 280	2,8
Acréscimos e Diferimentos	52 509 382	9,7	51 747 601	9,6	761 781	1,5
Total Passivo	104 449 403	19,3	106 410 383	19,8	-1 960 980	-1,8
Total Passivo + Fundo Próprio	541 166 165	100,0	536 481 614	100,0	4 684 550	0,9

O **Ativo Líquido** do Município de Braga atingiu, no final do 1º semestre de 2017, cerca de 541 milhões euros, valor superior em cerca de 4,7 milhões de euros ao verificado a 31 de dezembro de 2016.

O aumento verificado no Ativo Municipal resulta das seguintes **variações patrimoniais**:

- ✓ **Imobilizado Líquido**, que regista um acréscimo de cerca de 3,7 milhões de euros, em resultado do investimento efetuado e preconizado no Plano Plurianual de Investimentos, designadamente, entre outros, o Campo de Tiro, Acesso ao Parque Industrial de Sobreposta, Complexo Desportivo da Rodovia, Centros Escolares, Rua Nova de Santa Cruz e arruamentos diversos.
- ✓ **Existências**, que regista variação negativa em cerca de 115 mil euros, face a 31 de dezembro de 2016. Importa referir que, no primeiro semestre, o valor apurado resulta da implementação do *software* de gestão de stocks, de modo que as variações de *stocks* verificadas fazem-se refletir tempestivamente nas contas de existências do município.
- ✓ **Dívidas de Terceiros**, que contabiliza um aumento na ordem dos 310 mil euros. Este facto está em parte relacionado com as alterações introduzidas no presente exercício aquando da implementação do novo Sistema de Gestão de Faturação (SGF), com o objetivo de centralizar a emissão, cobrança e gestão integrada da receita do município, cumprindo-se, assim, o princípio do acréscimo.

Com efeito, este novo sistema permite a centralização das definições e regras relativas à faturação de todos os tipos de receita cobrada pelo município, assegurando procedimentos uniformes e garantindo a integração de todos os fluxos financeiros gerados. Por outro lado, dispõe das capacidades necessárias para responder eficazmente às obrigações legais (Decretos-Lei n.º 197/2012 e n.º 198/2012), e fiscais, nomeadamente a de comunicar à Autoridade Tributária e Aduaneira - AT, por transmissão eletrónica de dados, os elementos das faturas emitidas (SAF-T).

Assim, a introdução deste novo *software* obrigou a introduzir algumas alterações ao nível de alguns procedimentos administrativos, contabilísticos e financeiros, designadamente ao nível do serviço de faturação.

- ✓ **Disponibilidades**, que no primeiro semestre de 2017 regista uma diminuição de cerca de 736 mil euros, face ao período de fecho do exercício de 2016, justificado pelo maior exfluxo monetário do município.
- ✓ **Acréscimos e Diferimentos** que contabiliza um acréscimo de 1,6 milhões de euros, refletindo a contabilização de acréscimo de proveitos dos impostos diretos.

Os **Fundos Próprios** do Município na mesma data ascendem a cerca de 437 milhões de euros, representando um aumento de 1,5% (+ 6,6 milhões de euros) relativamente ao fecho de 2016. Esta evolução é reflexo da diminuição da rubrica de resultados transitados, como consequência do trabalho de regularização do imobilizado em curso. Deste modo, cerca de 80,7% do Ativo Total do Município de Braga encontra-se financiado por Fundos Próprios.

O **Passivo** do Município de Braga representava, em junho de 2017, cerca de 104 milhões de euros, o que significa, comparativamente com 31 de dezembro de 2016, uma diminuição de cerca de 1,961 milhões de euros (-1,8%). Esta variação explica-se, por um lado: i) pela diminuição do serviço de dívida em cerca de 3,1 milhões de euros; ii) pelo aumento da dívida a terceiros de curto prazo em 500 mil euros, em resultado do início de utilização em 2017 do novo ERP financeiro, que implica o lançamento de todos os documentos de despesa em conferência e não apenas aquando do pagamento; iii) e, pelo aumento dos acréscimos e diferimentos em 762 mil euros, designadamente na rubrica de subsídios ao investimento.

Convém referir que, em face dos desenvolvimentos processuais/jurídicos registados este ano, é admissível que no final do presente exercício estejam reunidas as condições técnicas que obriguem a contabilizar um aumento na rubrica de provisões para riscos e encargos em cerca de 10 milhões de euros, em resultado da necessidade de reconhecer contabilisticamente eventuais decisões judiciais desfavoráveis inerentes à construção do Estádio Municipal de Braga.

II. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Demonstração de Resultados apresenta a informação financeira referente ao conjunto de operações realizadas pelo Município de Braga, em 30 de junho de 2017.

Assim, este ponto do relatório pretende oferecer uma visão mais dinâmica, evidenciando de que modo as operações financeiras decorrentes da atividade municipal regular se transformam em efetivos ganhos/perdas para o Município.

Actividade	30/06/2017		30/06/2016		Variação 2017/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos e perdas						
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	330 034 €	0,8	0 €	0,0	330 034 €	-
Fornecimento e serviços externos	10 222 478 €	25,1	8 405 954 €	23,6	1 816 524 €	21,6
Custos com o pessoal	13 366 004 €	32,8	12 407 727 €	34,8	958 277 €	7,7
Transf. e subsídios correntes concedidos e prest. sociais	9 028 399 €	22,2	8 870 197 €	24,9	158 203 €	1,8
Provisões do exercício	242 277 €	0,6	557 369 €	1,6	-315 092 €	-56,5
Amortizações do exercício	6 713 431 €	16,5	4 197 479 €	11,8	2 515 952 €	59,9
Outros custos e perdas operacionais	57 274 €	0,1	41 322 €	0,1	15 952 €	38,6
Custos e perdas financeiros	102 841 €	0,3	25 006 €	0,1	77 835 €	311,3
Custos e perdas extraordinários	681 445 €	1,7	1 178 748 €	3,3	-497 303 €	-42,2
Total Custos	40 744 185 €	100,0	35 683 803 €	100,0	5 060 382 €	14,2
Proveitos e ganhos						
Venda de bens e prestações de serviços	1 155 121 €	2,8	1 905 030 €	4,9	-749 910 €	-39,4
Impostos e taxas	21 826 006 €	53,1	21 127 310 €	54,1	698 696 €	3,3
Transferências e subsídios obtidos	15 237 133 €	37,1	14 955 865 €	38,3	281 268 €	1,9
Outros proveitos e ganhos operacionais	64 624 €	0,2	0 €	0,0	64 624 €	-
Proveitos e ganhos financeiros	1 461 488 €	3,6	4 632 €	0,0	1 456 856 €	31452,6
Proveitos e ganhos extraordinários	1 340 460 €	3,3	1 035 413 €	2,7	305 047 €	29,5
Total Proveitos	41 084 832 €	100,0	39 028 250 €	100,0	2 056 581 €	5,3
Resultados						
Resultados operacionais	-1 434 738 €		4 065 526 €		-5 500 264 €	135,3
Resultados financeiros	1 358 647 €		-20 375 €		1 379 021 €	-6768,3
Resultados correntes	-76 091 €		4 045 152 €		-4 121 243 €	101,9
Resultados extraordinários	659 015 €		-143 335 €		802 350 €	-559,8
Resultado Líquido do Exercício	340 647 €		3 344 448 €		-3 003 801 €	-89,8

Por conseguinte, no que respeita à atividade desenvolvida ao longo do primeiro semestre de 2017, verifica-se um total de **Custos** na ordem dos 40,8 milhões de euros e **Proveitos** que rondam os 41,1 milhões de euros, obtendo-se um **Resultado Líquido do Exercício** positivo de **cerca de 340 mil euros**.

Ao nível dos resultados, constata-se uma diminuição do resultado líquido do exercício de 3 milhões de euros. Esta variação resulta, por um lado, do aumento das amortizações do exercício, com o já mencionado trabalho de regularização do imobilizado em curso, por outro lado, do aumento dos resultados financeiros em cerca de 1,4 milhões de euros, decorrentes da transferência efetuado no início do ano pelo Governo, relativa ao juros do IMI e Derrama.

2.1. Evolução dos Proveitos

A estrutura de proveitos demonstra que **53,1% destes resultam da cobrança de impostos e taxas**. As **transferências e subsídios obtidos**, onde assumem relevo as transferências provenientes do Orçamento de Estado, representam 37,1% dos proveitos totais. Os proveitos e ganhos financeiros e os proveitos e ganhos extraordinários correspondem, respetivamente, a 3,6% e 3,3% do total dos proveitos.

Conta	Proveitos	30/06/2017		30/06/2016		Variação 2017/2016	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
71	Venda de Bens e Prestação de Serviços	1 155 121 €	2,8	1 905 030 €	4,9	-749 910 €	-39,4
72	Impostos e taxas	21 826 006 €	53,1	21 127 310 €	54,1	698 696 €	3,3
74	Transferências e subsídios obtidos	15 237 133 €	37,1	14 955 865 €	38,3	281 268 €	1,9
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	64 624 €	0,2	0 €	0,0	64 624 €	-
78	Proveitos e ganhos financeiros	1 461 488 €	3,6	4 632 €	0,0	1 456 856 €	31452,6
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1 340 460 €	3,3	1 035 413 €	2,7	305 047 €	29,5
TOTAL		41 084 832 €	100,0	39 028 250 €	100,0	2 056 581 €	5,3

Conforme é possível constatar, os **proveitos da autarquia**, no período em análise, **apresentam um ligeiro acréscimo**, quando comparados com o mesmo período do ano anterior, na ordem dos **2,1 milhões de euros**, a que corresponde uma variação positiva de 5,3 pontos percentuais.

Com efeito, a variação contabilizada, reflete, essencialmente, o acréscimo ocorrido nos seguintes proveitos:

- ✓ **Na rubrica de Impostos e Taxas**, como resultado do aumento dos **Impostos Diretos**, que apresentam uma execução favorável, influenciada pela cobrança do **Imposto Municipal sobre Imóveis**, que em junho de 2017 registava um valor próximo dos 11,6 milhões de euros e, em 2016, o valor cobrado era de cerca de 11,1 milhões de euros, bem como pelo **Imposto Único de Circulação** que, em 2017, registava um valor próximo dos 2,4 milhões de euros e em 2016 contabiliza 2,3 milhões de euros.

Estes acréscimos foram acompanhados pelo aumento da cobrança do **Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Bens** que, comparativamente com igual período de 2016, subiu cerca de 1,1 milhões de euros. Pelo contrário,

a **Derrama** diminuiu cerca de 973 mil euros. De igual modo, a rubrica de **Impostos Indiretos** contabiliza em 30 de junho de 2017 um decréscimo de cerca de 422 mil euros relativamente a 2016, como consequência essencialmente do comportamento negativo da rubrica de **Loteamento e Obras**, que apresentam face a igual período de 2016 uma diminuição de cerca de 210 mil euros.

- ✓ Na rubrica **Vendas de Bens e Prestação de Serviços** que traduz, em termos globais, uma diminuição dos proveitos em cerca de 749 mil euros. Esta variação fica a dever-se, em grande medida, à reclassificação dos proveitos relativos à renda de concessão da EDP que, em 2016, se registavam na 712 – “Prestações de Serviços” e, em 2017, se registam na conta 783 – “Rendimentos de Imóveis”. Esta reclassificação justifica o aumento registado na rubrica de **Proveitos e Ganhos Financeiros**.
- ✓ **Proveitos e Ganhos Extraordinários**, que apresenta uma variação positiva de 305 mil euros.

2.2. Evolução dos Custos

Com o peso mais preponderante na estrutura de custos, surgem os Custos com o Pessoal, os Fornecimentos e Serviços Externos e as Transferências e subsídios correntes concedidos, os quais representam, respetivamente, 32,8%, 25,1% e 22,2% dos custos totais.

Conta	Custos	30/06/2017		30/06/2016		Variação 2017/2016	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	330 034 €	0,8	0 €	0,0	330 034 €	-
62	Fornecimento e serviços externos	10 222 478 €	25,1	8 405 954 €	23,6	1 816 524 €	21,6
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prest. sociais	9 028 399 €	22,2	8 870 197 €	24,9	158 203 €	1,8
64	Custos com o pessoal	13 366 004 €	32,8	12 407 727 €	34,8	958 277 €	7,7
65	Outros custos e perdas operacionais	57 274 €	0,1	41 322 €	0,1	15 952 €	38,6
66	Amortizações do exercício	6 713 431 €	16,5	4 197 479 €	11,8	2 515 952 €	59,9
67	Provisões do exercício	242 277 €	0,6	557 369 €	1,6	-315 092 €	
68	Custos e perdas financeiros	102 841 €	0,3	25 006 €	0,1	77 835 €	311,3
69	Custos e perdas extraordinários	681 445 €	1,7	1 178 748 €	3,3	-497 303 €	-42,2
TOTAL		40 744 184 €	100,0	35 683 803 €	100,0	5 060 382 €	14,2

Comparativamente com o período homólogo anterior, os custos totais apresentam no final do primeiro semestre de 2017, um aumento de cerca de 14,2%, significando, em termos monetários, um valor próximo dos 5 milhões de euros.

No que se refere às variações apresentadas são de destacar as seguintes:

- ✓ O aumento contabilizado ao nível das **Amortizações do Exercício** de 2,6 milhões de euros, como consequência da transferência para imobilizado firme das empreitadas que apresentavam as condições técnicas para o efeito, no final do exercício de 2016.
- ✓ **Fornecimentos e Serviços Externos** deve ser interpretada tendo em consideração que no exercício de 2017 foram desenvolvidas atividades não refletidas no ano anterior, tais como o RALI Portugal, assim como pelo facto de a contabilização dos documentos de despesas estar a ser efetuada aquando da sua receção e não no momento do pagamento.
- ✓ O aumento dos **Custos com o Pessoal** em cerca de 958 mil euros. Este crescimento é justificado pela atualização do salário mínimo nacional e respetivos encargos sociais, pela atualização das remunerações e correspondentes despesas de representação (reversão), pelo aumento das comparticipações da ADSE, pela nomeação de novos cargos dirigentes e pelo aumento do número de colaboradores, assim como pelo aumento dos encargos com os seguros de acidentes pessoais e de trabalho.

III. INDICADORES DE ANÁLISE

Serão calculados em seguida alguns indicadores de análise que sintetizam a informação atrás apresentada.

Indicadores		30/06/2017	31/12/2016
Curto Prazo			
Liquidez Geral			
	Ativo Circulante / Passivo curto prazo	2,61	2,62
Liquidez Imediata			
	Ativo Disponível / Passivo curto prazo	0,22	0,27
Médio e Longo Prazo			
Solvabilidade			
	Fundo Próprios / Passivo	8,67	8,11
Autonomia Financeira			
	Fundo Próprios / Ativo Total Líquido	0,81	0,80
Endividamento			
	Passivo / Ativo Líquido	0,193	0,198

De facto, ao nível da **situação financeira a curto prazo**, concretamente no que respeita à liquidez, podemos verificar que o Município de Braga apresenta em 30 de junho de 2017 uma situação menos favorável face a igual período anterior, em resultado do aumento do passivo de curto prazo, acompanhado de uma diminuição do ativo circulante, em resultado dos fatores descritos anteriormente.

Ao nível dos **rácios de médio e longo prazo**, verifica-se no primeiro semestre de 2017, comparativamente com o período homólogo anterior, uma variação positiva dos indicadores, com especial incidência nos rácios de **Endividamento** e **Autonomia Financeira**, como consequência direta da diminuição do passivo de médio e longo prazo.

IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

Código das contas POCAL	ATIVO	30/06/2017			31/12/2016
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	26 539 392,69	681 744,97	25 857 647,72	26 539 392,67
452	Edifícios	3 870 495,27	1 152 630,59	2 717 864,68	2 804 500,98
453	Outras construções e infra-estruturas	239 580 843,03	153 621 731,34	85 959 111,69	88 011 169,49
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	138 023,12
445	Imobilizações em curso	4 497 227,46	0,00	4 497 227,46	17 030,90
	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
446		274 487 958,45	155 456 106,90	119 031 851,55	117 510 117,16
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
449		0,00	0,00	0,00	0,00
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	79 821 100,90	428,87	79 820 672,03	80 563 403,56
422	Edifícios e outras construções	245 088 966,72	37 954 714,26	207 134 252,46	205 005 453,26
423	Equipamento básico	10 007 921,74	8 672 299,95	1 335 621,79	1 109 592,43
424	Equipamento de transporte	2 693 330,20	2 439 197,34	254 132,86	305 879,18
425	Ferramentas e utensílios	446 576,00	322 207,12	124 368,88	25 790,23
426	Equipamento administrativo	7 737 083,92	7 101 017,34	636 066,58	649 488,27
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	2 101 977,56	1 548 647,83	553 329,73	512 015,27
442	Imobilizações em curso	29 000 715,63	0,00	29 000 715,63	28 549 572,67
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
428	Livros e documentação técnica	376 897 672,67	58 038 512,71	318 859 159,96	316 721 194,87
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	51 468 926,35		51 468 926,35	51 468 926,35
412	Obrigações e títulos de participação	3 895 485,69		3 895 485,69	3 895 485,69
414	Investimentos em imóveis	0,00		0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	0,00		0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00		0,00	0,00
	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00		0,00	0,00
447		55 364 412,04	0,00	55 364 412,04	55 364 412,04
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	389 128,30		389 128,30	504 620,22
35	Produtos e trabalhos em curso			0,00	
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			0,00	
33	Produto acabados e intermédios			0,00	
32	Mercadorias			0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras			0,00	
		389 128,30	0,00	389 128,30	504 620,22
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				

MUNICÍPIO DE BRAGA
Prestação de Contas Semestral
2017


28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes, c/c	115 590,60	0,00	115 590,60	748 936,01
212	Contribuintes, c/c	1 883 023,47	0,00	1 883 023,47	280 983,99
213	Utentes, c/c	0,00	0,00	0,00	630 393,20
	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
218	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	7 351 989,82	0,00	7 351 989,82	7 379 606,78
		9 350 603,89	0,00	9 350 603,89	9 039 919,98
	Títulos negociáveis				
151	Ações	0,00		0,00	
152	Obrigações e títulos de participação	0,00		0,00	
153	Títulos de dívida pública	0,00		0,00	
159	Outros títulos	0,00		0,00	
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	4 093 145,09		4 093 145,09	4 471 041,35
11	Caixa	18 301,53		18 301,53	376 121,49
		4 111 446,62	0,00	4 111 446,62	4 847 162,84
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	32 056 452,59		32 056 452,59	30 389 742,07
272	Custos diferidos	2 003 109,76		2 003 109,76	2 104 445,06
		34 059 562,35	0,00	34 059 562,35	32 494 187,13
Total do ativo		754 660 784,32	213 494 619,61	541 166 164,71	536 481 614,24
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO					
Fundos próprios					
51	Património			189 434 335,59	189 434 335,59
55	Ajustamento de partes de capital em empresas			10 055 530,40	10 055 530,40
56	Reservas de reavaliação			0,00	0,00
	Reservas				
571	Reservas legais			8 368 801,63	8 196 737,79
572	Reservas estatutárias			0,00	0,00
573	Reservas contratuais			0,00	0,00
574	Reservas livres			0,00	0,00
575	Subsídios			0,00	0,00
576	Doações			413 396,03	413 396,03
577	Reservas decorrentes de transferência de activos			25 630 067,61	25 630 067,61
59	Resultado transitados			202 473 983,72	192 899 886,98
88	Resultado líquido do exercício			340 646,74	3 441 276,76
	Total dos Fundos Próprios	0,00	0,00	436 716 761,72	430 071 231,16
Passivo					
292	Provisões para riscos e encargos			1 561 811,69	1 643 233,28
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)	0,00	0,00	1 561 811,69	1 643 233,28
2312	Dívidas a instituições de crédito			31 993 428,63	35 136 048,56
		0,00	0,00	31 993 428,63	35 136 048,56
	Dívidas a terceiros - Curto prazo				
2311	Empréstimos de curto prazo			1 500 000,00	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas			0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c			620 135,94	0,00

MUNICÍPIO DE BRAGA
Prestação de Contas Semestral
2017

228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência			1 400 308,33	2 111 111,88
252	Credores pela execução do orçamento			0,00	0,00
217	Cientes e utentes c/ cauções			350 026,03	271 632,30
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			1 666 333,25	1 948 957,05
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c			92 810,48	25 000,00
2618	Fornecedores de imobilizado, Fat. Rec. Conf.			615 194,86	744 712,69
24	Estado e outros entes públicos			708 391,93	695 818,73
264	Administração autárquica			0,00	0,00
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores			11 431 579,69	12 086 267,46
		0,00	0,00	18 384 780,51	17 883 500,11
	Acréscimos e diferimentos				
273	Acréscimos de custos			5 596 779,87	4 433 492,39
274	Proveitos diferidos			46 912 602,29	47 314 108,74
		0,00	0,00	52 509 382,16	51 747 601,13
	Total do Passivo	0,00	0,00	104 449 402,99	106 410 383,08
	Total dos Fundos Próprios e Passivo	0,00	0,00	541 166 164,71	536 481 614,24

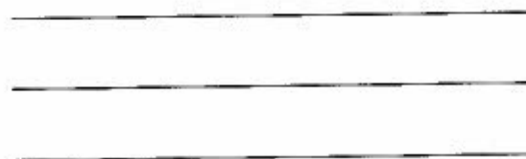
Órgão Executivo

Em ____ de ____ de ____



Órgão Deliberativo

Em ____ de ____ de ____



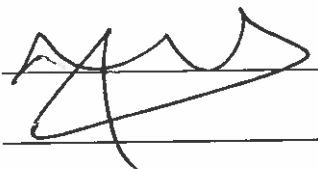
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Código das contas POCAL		Exercícios			
		30/06/2017		30/06/2016	
	Custos e perdas				
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias			0,00	
	Matérias	330 034,29	330 034,29	0,00	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	10 222 477,75		8 405 954,02	
	Custos com pessoal:				
641 + 642	Remunerações	10 480 199,23		9 611 043,64	
643 a 648	Encargos sociais	2 885 805,07	23 588 482,05	2 796 683,84	
66	Amortizações do exercício	6 713 431,17		4 197 479,24	
67	Provisões do exercício	242 277,48		557 369,25	
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prest.soc.	9 028 399,40		8 870 196,60	
65	Outros custos e perdas operacionais	57 273,81		41 321,75	
	(A)	39 959 898,20	39 959 898,20	34 480 048,34	34 480 048,34
68	Custos e perdas financeiras	102 841,46	102 841,46	25 006,48	0,00
	(C)		40 062 739,66		34 505 054,82
69	Custos e perdas extraordinários	681 445,30	681 445,30	1 178 747,80	1 178 747,80
	(E)		40 744 184,96		35 683 802,62
88	Resultado líquido do exercício	0,00	340 646,74	0,00	3 344 447,78
			41 084 831,70		39 028 250,40
	Proveitos e ganhos				
71	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Vendas de mercadorias	0,00		0,00	
7112 + 7113 + 7114	Venda de produtos	40 310,31		9 491,66	
712	Prestações de serviços	1 114 810,35	1 155 120,66	1 895 538,81	1 905 030,47
	Total de vendas				
72	Impostos e taxas	21 826 005,95		21 127 310,14	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73	Proveitos suplementares	13 830,65		0,00	
74	Transferências e subsídios obtidos	15 237 132,91		14 955 864,65	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	50 792,99	37 127 762,50	0,00	36 083 174,79
	(B)		38 282 883,16		37 988 205,26
784	Proveitos e ganhos financeiros	1 461 488,11	1 461 488,11	4 631,91	4 631,91
	(D)		39 744 371,27		37 992 837,17
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1 340 460,43	1 340 460,43	1 035 413,23	1 035 413,23
	(F)		41 084 831,70		39 028 250,40

Resultados Operacionais (B) - (A) =	-1 677 015,04	3 508 156,92
Resultados financeiros (D - B) - (C - A) =	1 358 646,65	-20 374,57
Resultados correntes (D) - (C) =	-318 368,39	3 487 782,35
Resultado líquido do exercício (F) - (E) =	340 646,74	3 344 447,78

Órgão Executivo

Em ____ de ____ de ____



Órgão Deliberativo

Em ____ de ____ de ____

V. DÍVIDA TOTAL

Código das contas POCAL	Endividamento Municipal	Valores em 30/jun/2017	Valores em 31/dez/2016	Variação 2017/2016
Total do passivo - 29 "provisões" - 27 "acréscimos e diferimentos"				
	Divida a terceiros - médio e longo prazo:			
2312	Dívidas a instituições de crédito	31 993 428,63	35 136 048,56	-8,90%
	Total - dividas mlp	31 993 428,63	35 136 048,56	-8,90%
	Divida a terceiros - curto prazo*:			
2321	Convertíveis	0	0	-
2322	Não convertíveis	0	0	-
233	Empréstimos por títulos de participação	0	0	-
2311	Dívidas a instituições de crédito	1 500 000,00	0	-
269	Adiantamentos por conta das vendas	0	0	-
221 + 223	Fornecedores, c/c	620 135,94	0	-
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	1 400 308,33	2 111 111,88	-30,90%
252	Credores pela execução do orçamento	0	0	-
213+217	Clientes e utentes com cauções	350 026,03	271 632,30	28,90%
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1 666 333,25	1 948 957,05	-14,50%
2611 + 2614	Fornecedores de imobilizado, c/c	92 810,48	25 000,00	271,20%
2618	Fornecedores de imobilizado - faturas em receção e conferência	615 194,86	744 712,69	-17,40%
24	Estado e outros entes públicos	708 391,93	695 818,73	1,80%
2617+ 262 + 263 + 535	Outros credores	11 431 579,69	12 086 267,46	0,80%
	Total - dividas cp	18 384 780,51	17 883 500,11	7,30%
	Total - dívidas a 3.ºs do município	50 378 209,14	53 019 548,67	-3,50%
Saldo das operações não orçamentais (resumo diário de tesouraria e mapa de operações de tesouraria)		2 759 847,36	2 484 071,85 €	11,10%
Fundo de Apoio Municipal - saldo credor da 268126 mlp - art.º 55º, n.º5, Lei 7-A/2016, de 30 de março		2 504 240,69	2 782 489,69 €	-10,00%
Dívida total do município		45 114 121,09	47 752 987,13	-3,80%
Entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total:		Valores em 30/jun/2017	Valores em 31/dez/2016	Variação 2017/2016
1. Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (alínea b) do art.º 54º)				
AMMinho – Associação de Municípios do Minho		0	0	-
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses		437,5	462,01	-5,30%
APMCH – Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico		0	0	-
Associação de Municípios de Fins Específicos – Quadrilátero Urbano		19 299,59	19 299,59	0,00%
CIM – Comunidade Intermunicipal do Cávado		4 937,85	4 937,85	0,00%
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular		3 286,43	3 286,43	0,00%
Turismo Porte e Norte de Portugal, ER		0	0	-

Idite Minho – Instituto Desenvolvimento Inovação Técn. do Minho	49 155,04	49 155,04	0,00%
Associação de Turismo do Porto	23 038,65	23 038,65	0,00%
2. Empresas locais e participadas (alínea c) do art. 54.º)			
ABC de Braga – Andebol Sad	200 921,74	200 921,74	0,00%
3. Cooperativas e fundações (alínea d) do art. 54.º)			
Fundação Bracara Augusta	13 078,80	13 078,80	0,00%
Fundação de Serralves	8 789,07	8 789,07	0,00%
Dívida total*	45 437 065,76	48 075 958,31	-3,80%

No primeiro semestre de 2017, o município de Braga regista, por comparação com 31/12/2016, uma diminuição de cerca de 4 pontos percentuais da sua dívida total, sendo representativos de cerca de 2,6 milhões de euros.

Para o efeito, contribuíram positivamente: i) amortização de dívidas de médio e longo prazo a instituições de crédito (-3,2M€); ii) e, a diminuição da dívida comercial e, mais concretamente, as faturas em receção e conferência (fornecedores correntes e de imobilizado).

VI. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Processos Judiciais em Curso - passivos contingentes para divulgação

Ação	N.º de processo	Instituição	Autor	Réu	Valor processual da ação
AAC	147/06.0BEARG	TAFB	"Souto Moura - Arquitetos, Lda." e Outro	Município de Braga	2 693 969,46 €
AAC	1122/05.7BEARG	TAFB	"ASSOC - Obras Públicas, A.C.E." e Outros	Município de Braga	3 705 672,60 €
AAE	1653/07.3BEARG	TAFB	Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, em Representação de Mário Rogério Fernandes Boarquivo	Município de Braga	14 963,00 €
AAC	689/11.5BEARG	TAFB	Mário António Barbosa	Município de Braga	8 530,98 €
AAE	1763/11.3BEARG	TAFB	Vilaminho - Inovação Imobiliária, Lda.	Município de Braga / Presidência do Conselho de Ministros / Estado	30 000,01 €
AAC	96/12.2BEARG	TAFB	Sérgio Paulo Pereira Gomes	Câmara Municipal de Braga, Junta de Freguesia de Fraião e Companhia de Seguros Mundial Confiança	30 350,00 €
AAC	993/12.5BEARG	TAFB	Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	Município de Braga	3 114,60 €
AAC	837/12.8BEARG	TAFB	Manuel António Gomes da Cunha	Município de Braga	122 595,12 €
AAC	1068/12.2BEARG	TAFB	Francisco Ferreira Pereira	Município de Braga	14 072,55 €
AAC	1327/12.4BEARG	TAFB	JM - Gestão de Condomínios, Lda.	Município de Braga, Bragaparc, S.A., DST, Axa Portugal e ABB, S.A.	30 100,00 €
AAC	132/13.3BEARG	TAFB	Sá Machado & Filhos, S.A.	Município de Braga	177 812,79 €
AAC	1259/06.5BEARG	TAFB	"ASSOC - Obras Públicas, A.C.E." e Outro (indenização decorrente do acréscimo de custos de estaleiro e agravamento de encargos)	Município de Braga	3 340 040,85 €
AAC	1962/10.5BEARG	TAFB	Paulo Nuno dos Reis de Sousa	Município de Braga	44 191,89 €
AAE	306/11.3BEARG	TAFB	José António Queirós Araújo Vilaça	Município de Braga	30 000,01 €
AAC	202/11.4BEARG	TAFB	Ana Teresa Pinto Oliveira da Mota	Município de Braga	102 010,09 €
AAE	1228/12.6BEARG	TAFB	Aureliano Albano Fernandes	Município de Braga	30 000,01 €
AAE	1040/13.5BEARG	TAFB	Aureliano Albano Fernandes	Município de Braga	30 000,01 €
AAE	1141/13.0BEARG-A	TAFB	Aureliano Albano Fernandes	Município de Braga	30 000,01 €
APC	4601/13.9TBARG	TCB	Arquidiocese de Braga	Município de Braga	30 000,01 €
AAE	1624/07.0BEARG	TAFB	António Pinto da Silva e Mulher	Câmara Municipal de Braga e Junta de Freguesia de Panoias	34 556,50 €
AAC	1705/13.1BEARG	TAFB	José Augusto Gomes Ferreira	Município de Braga	1 366,56 €
APC	1954/13.2BEARG	TAFB	E.S.S.E. - Estacionamento à Superfície e Subterrâneos, S.A.	Município de Braga	30 000,01 €
AAE	273/14.1BEARG	TAFB	Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, em Representação de todos os trabalhadores associados	Município de Braga	30 000,01 €
APC	3570/14.2TBARG	TJB	Manuel da Cunha Gomes	Município de Braga	5 000,01 €
AAE	903/14.5BEARG	TAFB	Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, em Representação de Francisco Cardoso Oliveira	Município de Braga	737,28 €
AAE	1448/14.9BEARG	TAFB	Manuel Carlos Oliveira Carvalho	Município de Braga	30 000,01 €
AAC	683/14.4TBARG	TCB	José Cunha Dias Machado	Município de Braga e AXA Portugal, S.A.	8 946,40 €
AAC	2931/14.1BEARG	TAFB	João Paulo dos Reis Morais	Município de Braga	550,00 €
AAC	2043/11.0BEARG	TAFB	António Fernando Enes (e Outros)	Estado Português (Município de Braga)	678 488,00 €
AAC	1151/13.7BEARGA	TAFB	Maria Ferreira Martins	Município de Braga	30 000,01 €
APC	2514/14.6TBARG	TCB	Pactinvest, Lda.	Município de Braga, Alexandra Barbosa Borges, S.A., EDP e AXA Portugal, S.A.	15 713,79 €

MUNICÍPIO DE BRAGA
Prestação de Contas Semestral
2017

AAC	3260/15.9BEBRG	TAFB	Urbanscreens - Publicidade, Lda	Município de Braga	2 249 340,67 €
AAC	3181/15.5BEBRG	TAFB	António Ribeiro Gomes Moreira	Município de Braga	71 565,37 €
IDDLG	3707/15.4BEBRG	TAFB	Sind. Dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte	Município de Braga	30 000,01 €
AAC	3579/15.9BEBRG	TAFB	STAL	Município de Braga	30 000,01 €
OPU	3340/15.0BEBRG	TAFB	STAL - Francisco Rodrigues da Silva	Município de Braga	30 000,01 €
AAC	3382/15.6BEBRG	TAFB	Gracinda de Jesus Gomes Fernandes	Município de Braga	7 682,00 €
AAC	3383/15.4BEBRG	TAFB	Isilda de Carvalho Leite	Município de Braga	33 644,00 €
AAE	1607/10.3BEBRG	TAFB	Manuel António Almeida Martins	Município de Braga	1 335,00 €
AAE	1292/11.5BEBRG	TAFB	Vicente Vilaça Pinto	-	30 000,01 €
AAC	336/12.8BEBRG	TAFB	João Paulo Pereira Luso Rodrigues	-	45 000,00 €
AAC	540/12.0BEBRG	TAFB	Maria do Céu de Oliveira Bernardes Pinto Ramos	Município de Braga e Agere	60 000,00 €
AAC	617/12.0BEBRG	TAFB	Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	-	7 599,46 €
AAC	999/12.4BEBRG	TAFB	Jorge António Leite da Costa	Município de Braga e outros	30 241,60 €
AAC	1595/12.1BEBRG	TAFB	António da Costa Gomes	-	7 500,00 €
AAC	1286/12.3BEBRG	TAFB	Amabélia Rodrigues & Fernandes, Lda	-	35 659,49 €
AAC	1891/12.8BEBRG	TAFB	Alexandre Barbosa Borges, S.A.	-	247 039,90 €
AAE	2138/12.2BEBRG	TAFB	Francisco da Silva Coelho e Maria Joaquina Gonçalves Ferreira	-	5 000,01 €
AAC	76/13.0BEBRG	TAFB	Hugo André Matos Cruz	Município de Braga	6 989,06 €
AAE	159/13.7BEBRG	TAFB	António Alexandre da Cunha Cruz	Município de Braga	11 534,99 €
AAE	716/13.1BEBRG	TAFB	Vitor Manuel Carvalho Martins Barbosa	Município de Braga	30 000,01 €
AAC	1167/13.3BEBRG	TAFB	Generali - Companhia de Seguros, SPA	-	8 112,87 €
AAC	1697/13.7BEBRG	TAFB	Segredos & Sugestões - Pizzaria e Padaria, Unipessoal, Lda.	Município de Braga	4 365,00 €
AAC	1696/13.9BEBRG	TAFB	Jorge de Faria Ribero	Município de Braga	4 786,26 €
AAC	1901/13.1BEBRG	TAFB	STAL - Carlos Nogueira	Município de Braga	5 000,01 €
AAC	1/14.1BEBRG	TAFB	Maria Fernanda Oliveira Cunha Rodrigues	Município de Braga	32 217,43 €
AAC	223/14.5BEBRG	TAFB	Liberty Seguros, S.A.	Município de Braga	9 148,37 €
AAE	486/14.6BEBRG	TAFB	Visão Actual, Lda.	-	1 650,00 €
AAE	826/14.8BEBRG	TAFB	Maria Arantes Gomes	-	15 000,00 €
AAC	1684/14.8BEBRG	TAFB	Sandra de Fátima Fernandes Rego	Município de Braga	1 345,71 €
AAC	1600/14.7BEBRG	TAFB	Generali - Companhia de Seguros, SPA	-	11 705,62 €
AIP	438/14.6BEBRG	TAFB	José Ribeiro de Oliveira e Mulher	-	151 873,74 €
AIP	1461/14.6BEBRG	TAFB	PT Comunicações, S.A.	-	232,70 €
AAC	1898/14.0BEBRG	TAFB	Adm. Condomínio Prédio Rua Padre Freitas nº16	Município de Braga	100 000,00 €
AIP	2348/14.8BEBRG	TAFB	EDP Distribuição - Energia, S.A.	-	367,80 €
AIP	1596/14.5BEBRG	TAFB	EDP Distribuição - Energia, S.A.	-	2 917,15 €
AIP	2139/14.6BEBRG	TAFB	PT Comunicações, S.A.	-	128,10 €
AAC	2830/14.7BEBRG	TAFB	Maria Alves Duarte	Município de Braga e outros	7 500,00 €
AAC	2265/14.1TBEBRG	TCB	Aurora Maria Oliveira Ribeiro	Município de Braga e outros	7 500,00 €
AAE	989/12.7BEBRG	TAFB	Urbanscreens - Publicidade, Lda.	Estradas de Portugal, EP	30 000,01 €
AAC	244/15.0BEBRG	TAFB	Adm. Condomínio Rua Padre Freitas nº10 Real	-	90 000,00 €
AAC	187/15.8BEBRG	TAFB	Cristina Manuela de Carvalho Marques	-	90 026,69 €
AAE	1506/15.2BEBRG	TAFB	STAL - Suzana Pimenta	Município de Braga	30 000,01 €
AAE	1507/15.0BEBRG	TAFB	STAL - Luiz Marques	Município de Braga	30 000,01 €
AAE	1768/15.5BEBRG	TAFB	Domingos da Silva Teixeira - Imobiliária S.A.	Município de Braga	66 147,20 €
AAC	2342/15.1BEBRG	TAFB	Maria Alves Vieira Coelho Simões	-	30 100,00 €

MUNICÍPIO DE BRAGA
Prestação de Contas Semestral
2017

AAE	2647/15.1BEBRG	TAFB	Maria Arantes Gomes	Município de Braga	15 000,00 €	
APC	94/15.4T8BRG	TCB	Mana Elisa Antunes da Silva Soares	Espaço Abstrato Imóveis, Lda	7 951,00 €	
APC	4900/15.5T8BRG	TCB	Maria de Fátima Rodrigues Martins	Município de Braga e Abílio Santana Ribeiro & Filhos, Lda	30 000,01 €	
AAC	3346/15.0BEBRG	TAFB	José Gomes Vieira	Município de Braga	861,23 €	
	15/16.7BEBRG	TAFB	Crédito Agrícola Seguros - Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.	Município de Braga	7 024,30 €	
	1970/14.7TB8RG	TCB	Irmãos Vieira Carvalho, Lda. E Outros	Município de Braga	30 000,01 €	
	238/16.9BEBRG	TAFB	Lidia Guedes da Costa	Município de Braga	30 085,44 €	
AA	454/16.3BEBRG	TAFB	Maria de Fátima da Silva Pinheiro	Município de Braga	18 022,24 €	
APC	849/16.2T8BRG	JCCB	Sérgio Henrique Rodrigues Lima		791 833,33 €	
AA	462/16.4BEBRG	TAFB	Joaquim Marques Rodrigues da Mota	Município de Braga	9 718,84 €	
AA	1250/16.3BEBRG	TAFB	Michele Torres da Silva	Município de Braga	47 950,01 €	
AA	1825/16.0BEBRG	TAFB	Sofia Goreti Dias Lages	Município de Braga	65 000,00 €	
AA	2081/16.6BEBRG	TAFB	Sílvia Patrícia Gomes da Silva	Município de Braga	80 000,00 €	
AA	1170/16.1BEBRG	TAFB	Joaquim Correia de Sousa	Município de Braga	30 000,01 €	
AA	3705/15.8BEBRG	TAFB	Armando Manuel da Fonseca Terra	Município de Braga	9 130,22 €	
AA	17/16.3BEBRG	TAFB	D G M.L. Imobiliária, Lda	Município de Braga	15 000,01 €	
AA	350/16.4T8BRG	TCB	Nuno alexandre Pinto Ferreira	Município de Braga, Grandezas & Valias, Lda e irmãos Lopes, Lda	55 000,00 €	
PC	420/16.9BEBRG	TAFB	Elisabete Pereira Fernandes	Município de Braga	10 000,00 €	
AA	493/16.4BEBRG	TAFB	Elisabete Pereira Fernandes	Município de Braga	10 000,00 €	
AC	1877/16.3BEBRG	TAFB	Famaconcret, Lda.	Município de Braga	252 291,03 €	
AC	4653/16.0T8BRG	TCB	Beatriz Vieira da Costa Coelho	Município de Braga	8 000,00 €	
AA	2097/16.2BEBRG	TAFB	Armando Augusto Soares Marques	Município de Braga	2 691,97 €	
AA	2133/16.2BEBRG	TAFB	Companhia de Seguros Allianz Portugal	Município de Braga	4 165,21 €	
AA	2296/16.7BEBRG	TAFB	Maria José Ferreira de Araújo	Município de Braga	30 000,01 €	
Ação	N.º de processo	Instituição	Executado	Exequente	Credor / Reclamante	Valor processual da ação
AEX	5708/11.2TB8RG	TCB	José Manuel Eusébio Rodrigues	Agostinho Costa Ribeiro	Município de Braga	4 932,83 €
AA	616/16.3BEBRG	TAFB	Nuno Miguel Rodrigues da Silva	Município de Braga	1 577,17 €	
PC	1814/16.5BEBRG-A	TAFB	Aureliano Albano Fernandes	Município de Braga	30 000,01 €	
AA	1814/16.5BEBRG	TAFB	Aureliano Albano Fernandes	Município de Braga	30 000,01 €	
AA	13/17.3BEBRG	TAFB	Hercafil, Lda	Município de Braga	30 000,01 €	
PC	140/17.7T8BRG	CB	Manuel Rodrigues Sá Serino	Município de Braga	5 000,01 €	
AA	518/17.6BEBRG	TAFB	Avelino do Vale de Sousa e outros	Município de Braga	17 237,68 €	
AA	54/17.0BEBRG	TAFB	STAL		5 000,01 €	
	76/17.1BEBRG	TAFB	Marco Jorge Lopes de Araújo		3 000,00 €	
	480/17.5BEBRG	TAFB	M. Kairos - Engenharia e Construção, SA		1 119 294,70 €	
AA	434/17.1BEBRG	TAFB	Roberto Joaquim Rebelo Quintela	Município de Braga	2 952,30 €	
AA	301/17.1BEBRG	TAFB	Geração de Valores, SA e Ideia Atlântico - Instituto de Desenvolvimento Empresarial Inovação do Atlântico	Município de Braga	2 867 682,80 €	
PC	651/17.4BEBRG	TAFB	Francisco António da Silva Oliveira e outros	Município de Braga e outros	30 000,01 €	
	401/17.5BEBRG	TAFB	Projecto 3 - Publicidade e Marketing, Lda		9 975,60 €	
AA	554/17.2BEBRG	TAFB	Ilídio Costa Brandão e outros		30 000,01 €	
AA	646/17.8BEBRG	TAFB	Mana Manuela Oliveira da Cruz Monteiro	Município de Braga e outros	30 000,00 €	
AA	669/17.7BEBRG	TAFB	Joaquim Sá Machado & Filhos, SA	Município de Braga	30 000,01 €	
AA	692/17.1BEBRG	TAFB	José Lopes da Cruz	Município de Braga	5 500,00 €	

MUNICÍPIO DE BRAGA
Prestação de Contas Semestral
2017

PC	740/17.5BEBRG	TAFB	Lúsa Filipa Rodrigues Gonçalves Figueira de Sousa	Município de Braga e outros	30 000,01 €
AA	841/17.0BEBRG	TAFB	Tiago José Calheiros Cruz Figueiredo		31 273,55 €
AA	868/17.1BEBRG	TAFB	Lúsa Filipa Rodrigues Gonçalves Figueira de Sousa	Município de Braga e outros	30 000,01 €
AA	876/17.2BEBRG	TAFB	Domingos da Silva Teixeira - Imobiliária S.A.	Município de Braga	71 952,66 €
AA	976/17.9BEBRG	TAFB	Maria Celeste Pimenta Lopes Teixeira	Município de Braga	5 000,01 €
AA	975/17.0BEBRG	TAFB	Seguradoras Unidas, SA	Município de Braga e outros	3 781,99 €
AA	746/17.4BEBRG	TAFB	José Ribeiro Oliveira	Município de Braga	30 000,01 €
PC	911/17.4BEBRG	TAFB	Ilídio Costa Brandão e outros	Município de Braga	30 001,00 €
AA	1092/17.9BEBRG	TAFB	Irmãos Sá Machado & Filhos, Lda	Município de Braga	7 998,00 €
AA	1128/17.3BEBRG	TAFB	Armando Jorge Hortense Agapito	Município de Braga	5 598,40 €
AA	1964/11.4BEBRG	TAFB	Maximino Pereira Gomes	Município de Braga	8 000,00 €
AA	731/16.3BEBRG	TAFB	Táxis João Batista & Adelaide, Lda	Município de Braga	30 000,01 €
PC	3300/16.4T8BRG	CB	Jorge dos Santos Vilhinho	Município de Braga e outros	40 000,00 €
AA	1357/16.7BEBRG	TAFB	Joaquim Sá Machado & Filhos, SA	Município de Braga	8 000,00 €
	2033/13.8BEBRG	TAFB	José Marcelino da Costa Pires e outros	Município de Braga e outros	15 000,00 €
	2034/13.6BEBRG	TAFB	José Marcelino da Costa Pires e outros	Município de Braga e outros	15 000,00 €
Ação	N.º de processo	Instituição	Exequente	Oponente	Valor processual da ação
	1949/13.6BEBRG	TAFB	Semural-Soc. Empreendi/ Urbanos, SA	Município de Braga	7 083,90 €
Ação	N.º de processo	Instituição	Impugnanante	Impugnado	Valor processual da ação
	355/14.0BEBRG	TAFB	Jorge Manuel Meira Costa	Município de Braga	30 000,01 €
	1006/12.2BEBRG	TAFB	Repsol Portuguesa, SA	Município de Braga	7 107,70 €
	1294/12.4BRBRG	TAFB	Iberusa Hotelaria e Restauração, SA	Município de Braga	556,20 €
	514/13.2BEBRG	TAFB	EDP Distribuição - Energia, S.A.	Município de Braga	3 753,67 €
	910/13.5BEBRG	TAFB	EDP Distribuição - Energia, S.A.	Município de Braga	193,70 €
	1446/13.0BEBRG	TAFB	Repsol Portuguesa, SA	Município de Braga	2 262,00 €
	813/14.6BEBRG	TAFB	EDP - Distribuição Energia, SA	Município de Braga	1 433,30 €
	1905/16.2BEBRG	TAFB	MEO-Serviço de Comunicações e Multimédia,S.A	Município de Braga	183,30 €
	453/17.2BEBRG	TAFB	MEO-Serviço de Comunicações e Multimédia,S.A	Município de Braga	51 177,50 €

Processos judiciais em curso - Ativos contingentes

Ação	N.º de processo	Instituição	Autor	Réu	Valor processual da ação
ADC	954/14.0T8BRG	TJB	Município de Braga	Luís Pedro Neves Matos Trindade	1 825,30 €
ADC	960/14.4T8BRG	TJB	Município de Braga	Narciso Xavier da Cunha e Rosa Rodrigues	17 005,39 €
ADC	965/14.5T8BRG	TJB	Município de Braga	Manuel Antunes dos Reis e João Pereira Magalhães	3 987,72 €
AAE	1723/14.2BE BRG	TAFB	Município de Braga	ON2 - Programa Operacional do Norte	30 000,01 €
APC	6325/13.8T8BRG	TJB	Município de Braga	CAM - Clube Automóvel do Minho, Lda	208 604,76 €
PI	1156/14.0T8BRG	CB	Município de Braga	Perfil do Açúcar, Unipessoal, Lda	30 000,01 €
PE	3294/16.6YLPRT	CB	Município de Braga	Vasconcelos & Trigo, Lda	10 100,17 €
Ação	N.º de processo	Instituição	Impugnado	Impugnanante	Valor processual da ação
	1346/12.0BE BRG	TAFB	Sá Machado & Filhos, Lda	Município de Braga	30 000,01 €

Processos Judiciais em Curso - provisões

Ação	N.º de processo	Instituição	Expropriante	Expropriado	Valor processual da ação
AE	271/12.0TBORG	TCB	Município de Braga	António de Freitas	102 615,00 €
AE	276/12.0TBORG	TCB	Município de Braga	Alda Leite Ribeiro Martins e Outros	34 480,00 €
AE	266/12.3TBORG	TCB	Município de Braga	Manuel Rodrigues	95 490,00 €
AE	277/12.9TBORG	TCB	Município de Braga	Maria Irandina da Costa Capela Reis	45 025,00 €

Outras provisões	
Provisões para riscos e encargos (SGEB)	1 284 201,69€

Legenda:

AE - Ação de expropriação
 AI - Ação de insolvência
 AEX - Ação de execução
 APC - Ação Processo Comum
 AA - Ação Administrativa
 AAC - Ação Administrativa Comum
 AAE - Ação Administrativa Especial
 APC - Ação Procedimento Cautelar
 APO - Ação de Processo Ordinario
 AIP - Ação de Impugnação
 AC - Ação Cautelar
 ACPC - Ação Contencioso Pré-Contratual
 PC - Providência Cautelar
 ADC - Ação Declarativa Comum
 AAJE - Ação de Autorização Judicial para Execução
 AIJN - Ação de Impugnação de Justificação Notarial
 IDDLG - Intimação para a Defesa de Direitos, Liberdades e Garantias
 IJ - Intimação Judicial
 IPI - Intimação para Prestação de Informações
 OPU - Outros Processos Urgentes
 R - Recurso
 TAFB - Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga
 TCB - Tribunal da Comarca de Braga
 TJB - Tribunal Judicial de Braga
 TAFA - Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada
 TC - Tribunal de Contas
 SFB - Serviço de Finanças de Braga

Importa realçar que, em face dos desenvolvimentos processuais/jurídicos registados este ano, é admissível que no final do presente exercício estejam reunidas as condições técnicas que obriguem a contabilizar um aumento na rubrica de provisões para riscos e encargos em cerca de 10 milhões de euros, deixando de ser passivo contingente, em resultado da necessidade de reconhecer contabilisticamente eventuais decisões judiciais desfavoráveis inerentes à construção do Estádio Municipal de Braga.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & E. AMORIM, SROC, Lda

INFORMAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO

(artigo 77º, nº 2 alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

MUNICÍPIO DE BRAGA

1.º Semestre de 2017

1
F



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

ÍNDICE

- I. INTRODUÇÃO
- II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO EXECUTIVO
- III. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR EXTERNO
- IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO
- V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL
- VI. INDICADORES SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA
- VII. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
- VIII. CONCLUSÃO



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

I. INTRODUÇÃO

No âmbito do exercício das nossas funções de auditor externo do **Município de Braga** (a entidade) incumbe-nos, em conformidade com o que preceitua o artigo 77º, nº 2 alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei do regime financeiro das autarquias locais) dar semestralmente informação sobre a situação económica e financeira da entidade. Vimos agora fazê-lo relativamente ao primeiro semestre do período de 2017.

Efetuámos uma análise ao Balanço, reportado a 30 de junho de 2017 (que evidencia um total de 541 166 165 euros e um total de fundos próprios de 436 716 762 euros, incluindo um resultado líquido de 340 645 euros), à Demonstração dos Resultados e aos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 41 874 575 euros de despesa paga e um total de 45 436 495 euros de receita cobrada) que nos foram apresentados pelo órgão executivo relativamente ao semestre em causa e aos respetivos pressupostos de base, a partir dos quais calculámos um conjunto de rácios, determinados em função do grau de importância que lhes atribuímos, nas circunstâncias concretas da entidade em causa.

II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO EXECUTIVO

É da responsabilidade do órgão executivo:

- a) A preparação do balanço, da demonstração dos resultados e dos mapas de execução orçamental intercalares, reportadas a 30 de junho de 2017, tendo em conta as políticas e princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, sendo de particular relevância o princípio da especialização dos exercícios;
- b) A criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.

3
6/17



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

III. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR EXTERNO

A nossa responsabilidade consiste em prestar informação sobre a situação económica e financeira da entidade, referente ao período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2017.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, em particular a ISAE 3000R – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Os procedimentos de auditoria sobre os elementos contabilísticos que suportam os mapas financeiros apresentados pela entidade foram adequados aos objetivos de garantia de fiabilidade a que nos propomos, sendo significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Assim, a presente informação assenta essencialmente em indagações aos responsáveis, procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO

O quadro seguinte reflete as variações que as rubricas de balanço, em termos agregados por contas de razão, sofreram entre 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2017:

Rubricas	Natureza	30 de Junho de 2017	31 de Dezembro de 2016	Var. Jun. 17/ Dez. 16	
				Absoluta	%
11 - Caixa	D	18.301,53	378.121,49	-357.819,96	-95%
12 - Depósitos em instituições financeiras	D	4.093.145,09	4.471.041,35	-377.896,26	-8%
21 - Clientes, contribuintes e utentes	D	1.998.614,07	1.660.313,20	338.300,87	20%
22 - Fornecedores	C	2.020.444,27	2.111.111,88	-90.667,61	-4%
23 - Empréstimos obtidos	C	33.493.428,63	35.136.048,56	-1.642.619,93	-5%
24 - Estado e outros entes públicos	C	708.391,93	695.818,73	12.573,20	2%
25 - Outros devedores	D	7.351.989,82	7.379.666,78	-27.676,96	0%
26 - Outros credores	C	14.155.944,31	15.078.569,50	-922.625,19	-6%



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

27 - Acréscimos e diferimentos (Acrésc. Projeitos e Custos diferidos)	D	34 059 562,35	32 494 187,13	1 565 375,22	5%
27 - Acréscimos e diferimentos (Acrésc. Custos e Projeitos diferidos)	C	52 509 382,16	51 747 601,13	761 781,03	1%
29 - Provisões	C	1 561 811,69	1 643 233,28	81 421,59	-5%
3 - Existências - Matérias-primas, sub. E de consumo	D	389 128,30	504 620,22	115 491,92	-23%
41 - Investimentos financeiros	D	55 364 412,04	55 364 412,04	0,00	0%
42 - Imobilizações corpóreas	D	289 858 444,33	288 171 622,70	1 686 822,13	1%
44 - Imobilizações em curso	D	29 000 715,63	28 566 603,57	434 112,06	2%
45 - Bens de domínio público	D	119 031 851,55	117 493 066,25	1 538 765,29	1%
51 - Património	C	189 434 335,59	189 434 335,59	0,00	0%
55 - Ajustamentos partes de capital em empresas	C	10 055 530,40	10 055 530,40	0,00	0%
57 - Reservas	C	34 412 265,27	34 240 201,43	172 063,84	1%
99 - Resultados transitados	C	202 473 983,72	192 899 886,98	9 574 096,74	5%
Resultado Líquido	C	340 646,74	3 441 277,00	-3 100 630,26	-90%

1. O saldo de **Clientes** apresenta um aumento de 20% face ao evidenciado em 31 de dezembro de 2016. As rubricas com maior relevância são a de Taxas, Multas e Outras Penalidades de cobranças de exercícios anteriores, no montante de 623 359 euros, e de saldos não orçamentais também de anos anteriores, no valor de 513 864 euros. Com a nova aplicação utilizada pelo município (AIRC) existe um maior detalhe na conta de clientes, pelo que o balancete apresenta o saldo de clientes detalhado por tipo de receita. Alertamos para a importância de avaliarem a necessidade de constituição de provisões para fazer face aos riscos da cobrança;
2. A conta de **Outros devedores** resulta fundamentalmente dos dividendos atribuídos pela empresa participada – Agere, E.M., referentes aos períodos de 2013 e 2014, bem como de um saldo de clientes transferido do antigo SMAS para a Agere;
3. O saldo de **Outros credores** resulta basicamente do adiantamento efetuado pela entidade ESSE em exercícios anteriores, o qual tem vindo a ser regularizado com base nas receitas brutas de exploração do estacionamento pago na via pública na cidade de Braga e a que o Município tem direito, de acordo com o contrato de concessão. Advém também do Fundo de Apoio Municipal, do Fundo de Eficiência Energética, do adiantamento por conta de lucros realizado pela participada Agere.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

das operações de tesouraria (garantias e cauções) e das delegações de competências às freguesias;

4. Com a nova aplicação informática (AIRC) o município iniciou a construção de um ficheiro/detalhe de stocks, onde regista todas as compras e consumos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, tendo em vista o cômputo dos gastos com consumos e do saldo de existências atualizado, rigoroso e fidedigno;
5. A rubrica de **Acréscimos e diferimentos** reflete essencialmente ajustamentos contabilísticos aos custos e proveitos, para garantir a adequada periodização do resultado, levando em conta a existência de custos e proveitos que normalmente são objeto de reconhecimento contabilístico apenas no final do exercício. As especializações de maior importância resultam essencialmente de:
 - acréscimo de proveitos referente a impostos diretos relativos a junho e recebidos em julho de 2017, no valor de 2 569 796 euros, e à concessão da EDP – 682 030 euros;
 - custos diferidos relativos às rendas adiantadas à SGEB, no montante de 2 003 110 euros;
 - acréscimo de custos – os valores mais significativos resultam da estimativa para férias, subsídio de férias e subsídio de natal do 1º semestre (1 990 109 euros) e da especialização de fornecimentos de serviços externos. Alertamos para o facto de o saldo desta rubrica ainda se encontrar influenciado pelo montante especializado a 31/12/16 situação que apenas será regularizada no final do 2º semestre;
 - proveitos diferidos relacionados com os subsídios recebidos para investimento, deduzidos dos valores movimentados numa base sistemática para a conta 7983 – Proveitos e ganhos extraordinários, à medida que são contabilizadas as amortizações do imobilizado a que dizem respeito (797 147 euros);
6. O saldo das **provisões** advém de processos judiciais em curso e de riscos e encargos com os equipamentos da SGEB, que o município considera não estarem aptos para serem utilizados;

[Handwritten signature]



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

7. Os investimentos em imobilizado tangível, móvel ou imóvel, e em bens de domínio público têm reduzido consideravelmente nos últimos exercícios e é essa também a tendência constatada no primeiro semestre de 2017.

V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL

No quadro seguinte apresenta-se a comparação dos custos e proveitos relativos ao primeiro semestre de 2017, em comparação com o período homólogo:

Rubricas	Natureza	1 de Janeiro a 30 de Junho de 2017	1 de Janeiro a 30 de Junho de 2016	Var. Jun. 17/ Jun. 16	
				Absoluta	%
61- CMVMC	D	330 034,29	0,00	330 034,29	100%
62 - Fornecimentos e serviços externos	D	10 222 477,75	8 405 354,02	1 816 523,73	22%
63 - Transferências e subsídios correntes	D	9 028 399,40	8 870 196,60	158 202,80	2%
64- Custos com o pessoal	D	13 366 004,30	12 407 727,48	958 276,82	8%
65 - Outros custos operacionais	D	57 273,81	41 321,75	15 952,06	39%
66- Amortizações do exercício	D	6 713 431,17	4 197 479,24	2 515 951,93	60%
67 - Provisões do exercício	D	242 277,48	557 369,23	-315 091,77	-57%
68 - Custos e perdas financeiras	D	102 841,46	25 006,48	77 834,98	311%
69 - Custos e perdas extraordinárias	D	681 445,30	1 178 747,80	-497 302,50	-42%
71 - Vendas e prestações de serviços	C	1 155 120,66	1 905 030,47	-749 909,81	-39%
72 - Impostos e taxas	C	21 826 005,95	21 127 310,14	698 695,81	3%
73 - Proveitos suplementares	C	13 830,65	0,00	13 830,65	100%
74 - Transferências e subsídios obtidos	C	15 237 132,91	14 955 864,65	281 268,26	2%
75 - Trabalhos para a prp empresa	C	0,00	0,00	0,00	0%
76 - Outros proveitos e ganhos operacionais	C	50 792,99	0,00	50 792,99	100%
78 - Proveitos e ganhos financeiros	C	1 461 488,11	4 631,91	1 456 856,20	31453%
79 - Proveitos e ganhos extraordinários	C	1 340 460,43	1 035 413,23	305 047,20	29%
Resultado Líquido	C	340 546,74	3 344 447,78	-3 003 901,04	-90%

1. A rubrica de **CMVMC** já apresenta valor neste semestre, devido à utilização do ficheiro de stocks decorrente da aplicação AIRC, conforme foi mencionado na nota 4 do ponto anterior;
2. Em relação à rubrica de **fornecimentos e serviços externos**, constatamos que os itens que apresentam o saldo mais significativos são os seguintes:

➤ Iluminação Pública;

67



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

- Rendas e Alugueres;
- Honorários;
- Conservação e Reparação;
- Trabalhos especializados;
- Outros fornecimentos e serviços;

3. Na rubrica de **Transferências e Subsídios Correntes** verificamos que estão reconhecidos essencialmente subsídios para freguesias, ao abrigo dos contratos de execução, verbas referentes a refeições para o 1º ciclo e para o pré-escolar e subsídios para instituições sem fins lucrativos, suportados pelo orçamento participativo de 2017. Estão ainda reconhecidos subsídios a empresas municipais e intermunicipais que decorrem dos contratos programa celebrados com a Bragahabit, E.M., TUB, E.M., InvestBraga e Teatro Circo de Braga, E.M., S.A.;
4. Para as **amortizações do exercício** foi estimado e especializado 50% do valor das amortizações do exercício anterior;
5. Os **custos e perdas extraordinárias** resultam particularmente das transferências de capital concedidas para obras e melhoramentos nas freguesias, no âmbito da delegação de competências. Alertamos que antes de reconhecer as delegações de competências em custos do exercício é necessário aferir com rigor a titularidade do bem, a fim de se reconhecer adequadamente capitalizações em património do município;
6. Constatamos que tem havido um progresso no rigor subjacente ao reconhecimento dos proveitos que resultam das **vendas e das prestações de serviços**;
7. Os trabalhos que o município realiza para si mesmo, sob administração direta, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que se destinam ao seu imobilizado não foram reconhecidos no primeiro semestre de 2017, sendo essa análise efetuada apenas no final do exercício;

8
17



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

8. Os **Outros Proveitos e Ganhos Financeiros** foram a rubrica que sofreu um incremento mais significativo devido à reclassificação da concessão da EDP para esta conta;
9. A conta de **Proveitos e Ganhos Extraordinários** evidencia neste primeiro semestre uma reversão de provisão referente a um processo judicial da Arquidiocese de Braga e transferências de capital que resultam dos subsídios ao investimento, conforme referido na conta de proveitos diferidos.

VI. INDICADORES SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Das análises anteriores decorrem os indicadores de situação económica e financeira e de dependência que vêm expressos nos quadros subsequentes:

		30-jun-17	31-dez-16
Solvabilidade	Fundo patrimonial/Passivo	418%	404%
Autonomia Financeira	Fundo patrimonial/Ativo Líquido	81%	80%
Liquidez Geral	Ativo Circulante/Passivo Circulante	251%	252%
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo circulante	22%	27%
Rendibilidade Económica	RU/Ativo Líquido	0.06%	0.64%
Rendibilidade Financeira	RU/Fundo Patrimonial	0.08%	0.80%
Endividamento	Passivo/Ativo Líquido	19%	20%

		30-jun-17	30-jun-16
Dependência económica total	Proveitos com origem no município/Custos Totais	63%	148%
Dependência económica de transferências e subsídios	Proveitos com origem no município de transferências e subsídios/Proveitos Totais	27%	38%

2017



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

VII. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Dos mapas de controlo orçamental da receita e da despesa preparados pelo município decorrem os resumos evidenciados nos quadros abaixo:

DESCRIÇÃO	Previsões anuais corrigidas	Recetas por cobrar no início do ano	Recetas Liquidadas	Anulações	Recetas cobradas Bruta do período	Reembolsos / restituições	Recetas cobradas Líquida do período	Saldo a cobrar	Grau de execução (R=7/1)
RECEITAS CORRENTES	86.425.232,03	1.146.449,27	39.027.242,17	166.540,15	38.522.095,49	229.497,60	38.292.597,89	1.483.655,80	44,31%
01 Imposto directos	41.116.000,00	0,00	19.133.523,56	326,00	19.133.197,56	228.212,10	18.904.985,46	184.934,12	43,55%
02 Imposto indirectos	1.923.000,00	88.176,26	1.502.798,48	111.227,70	1.294.812,92	1.156,10	1.293.656,82	731.171,29	67,27%
04 Taxas, multas e outras	1.553.000,00	706.058,26	2.119.975,78	10.109,30	2.084.753,45	31,80	2.084.721,65	0,00	134,24%
05 Rendimentos de propriedade	7.670.000,00	0,00	702.775,94	0,00	702.775,94	0,00	702.775,94	1,95	8,33%
06 Transferências correntes	31.350.563,00	1,55	14.484.348,00	0,00	14.484.348,00	0,00	14.484.348,00	277.785,92	46,14%
07 Venda de bens e serviços	1.862.000,00	61.250,01	1.018.658,28	44.877,15	757.245,22	97,80	757.147,62	291.162,52	40,66%
08 Outras receitas correntes	710.569,00	290.962,79	65.162,13	0,00	64.962,40	0,00	64.962,40	0,00	9,14%
RECEITAS DE CAPITAL	19.874.768,00	438.662,64			4.776.647,18	68.429,84	4.708.217,14	537.147,64	23,69%
09 Venda de bens de investimento	56.000,00		3.904,56	0,00	3.904,56	0,00	3.904,56	0,00	6,91%
10 Transferências de capital	14.163.718,00	88.412,44	682.464,32	0,00	682.454,32	68.409,04	614.045,28	88.412,44	4,33%
11 Alíquotas financeiras	632.050,00	410.250,20	82.050,04	0,00	82.050,04	0,00	82.050,04	410.250,20	12,98%
12 Passivos financeiros	5.000.000,00	0,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	0,00	30,00%
13 Outras receitas de capital	3.000,00	0,00	38.485,01	0,00	0,01	0,00	0,01	38.485,00	0,00%
OUTRAS RECEITAS	2.368.090,99	0,00	2.435.659,62		2.435.659,62	0,00	2.435.659,62		102,85%
15 Reposições não afectadas nos pagamentos	5.000,00		72.568,63	0,00	72.568,63		72.568,63		1451,31%
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	2.363.090,99		2.363.090,99	0,00	2.363.090,99		2.363.090,99		100,00%
TOTAL	108.668.090,99	1.645.111,91	41.462.901,79	166.540,15	45.734.402,29	297.906,64	45.436.495,65	2.022.293,44	41,81%



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

DESCRIÇÃO	Dotações corrigidas (1)	Compromissos assumidos (exercício) (2)	Compromissos assumidos (exercícios futuros) (3)	Despesa paga (4)	Diferenças			Grau de execução (5 = 4 / 1)
					Dotação não comprometida (5 = 1 - 2)	Saldo (6 = 1 - 4)	Compromissos por pagar (7 = 2 - 4)	
DESPESAS CORRENTES	64.794.449,99	44.789.227,26	45.459.880,01	32.039.248,78	20.005.222,73	32.755.201,23	12.749.938,50	49,45%
01 Despesas com pessoal	24.528.888,00	13.552.641,94	13.595.719,24	13.183.161,92	10.976.246,06	11.345.726,08	369.480,02	53,75%
02 Aquisição de bens e serviços	20.937.411,99	15.367.213,73	15.854.413,51	9.008.913,02	5.570.198,26	11.928.498,97	6.358.300,71	43,03%
03 Juros e outros encargos	157.100,00	59.455,76	62.622,44	51.042,27	97.644,24	106.057,73	8.413,49	32,45%
04 Transferências correntes	17.457.850,00	14.973.678,43	15.110.667,42	8.993.453,39	2.484.171,57	8.464.396,61	5.980.225,04	51,52%
05 Subsídios	75.200,00	42.293,30	42.293,30	20.159,80	32.906,70	55.040,20	22.133,50	26,81%
06 Outras despesas correntes	1.638.000,00	793.944,10	793.944,10	782.518,36	844.055,99	855.491,64	11.425,74	47,77%
DESPESAS CAPITAL	43.873.641,80	28.484.412,54	37.616.645,16	9.835.326,02	15.389.228,46	34.038.314,36	18.649.086,52	22,42%
07 Aquisição de bens de capital	18.894.143,00	12.474.235,17	21.187.905,26	3.692.918,54	6.469.907,83	15.201.224,46	8.731.316,53	19,65%
08 Transferências de capital	13.212.000,00	12.717.463,96	12.376.123,09	2.620.654,91	994.536,04	10.591.345,09	9.596.809,05	19,82%
09 Ativos financeiros	626.498,00	348.216,80	558.120,20	278.249,00	278.281,20	348.248,00	69.567,80	44,41%
10 Passivos financeiros	11.141.000,00	3.494.496,61	3.494.496,61	3.243.503,57	7.646.503,39	7.687.456,43	250.953,04	29,11%
TOTAL	108.668.090,99	73.273.639,80	83.076.305,17	41.874.574,78	35.394.451,19	66.793.618,21	31.399.065,02	38,53%

Adicionalmente apresenta-se o seguinte quadro de indicadores orçamentais:

Descrição	jun-17	jun-16
Receita Total Disponível/Despesa Total Paga	1,09	0,99
Receita Corrente Cobrada/Despesa Corrente Cobrada	1,20	1,22
Receita corrente cobrada/Total de receitas cobradas	84%	94%
Despesa corrente paga/despesa total paga	77%	77%

Os anteriores quadros refletem, em geral, uma execução orçamental equilibrada em termos globais e em linha com o verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, sendo de referir que o grau de execução inferior nas receitas e despesas de capital terá, porventura, a ver com a menor capacidade de ação do município nessa área.

11
h FF



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

VIII. CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira disponibilizada pela entidade **Município de Braga** para o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2017, contenha distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com o normativo contabilístico vigente. Salientamos que a situação financeira e económica da entidade correspondeu ao que seria expectável no período em análise, tendo em conta a sua natureza e características da atividade.

Braga, 30 de novembro de 2017.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda. (nº.153)

Registo CMVM nº 20161463

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, registo CMVM nº 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, registo CMVM nº 20160219)



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

E/6253/DAE/2014
Gervásio

Fiscal Único	
ACE PRESIDENTE	<input type="checkbox"/>
TREADOR	MB <input checked="" type="checkbox"/>
DP	<input type="checkbox"/>
MOSM	<input type="checkbox"/>
TRAGAP	<input checked="" type="checkbox"/>
DPCG	Conto Ricardo <input checked="" type="checkbox"/>
DSJC	<input type="checkbox"/>
DFISC	<input type="checkbox"/>
09.11.2014	

EXMO. SENHOR
PRESIDENTE DO ORGÃO EXECUTIVO DO MUNICIPIO
DE BRAGA – Sr. Dr. Ricardo Rio
Praça Municipal
4704 – 514 Braga

Braga, 07 de novembro de 2017.

Assunto: Informação Semestral do Fiscal Único

Exmos. Senhores,

Vimos pelo presente, junto remeter a V. Exas a Informação do 1º Semestre de 2017 das diversas entidades:

BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M
BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA
TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M
IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M
Teatro Circo de Braga, E.M, S.A

Sem outro assunto, apresentamos a V. Exa. o nossos melhores cumprimentos, subscrevendo-nos,

De V. Exa.
Atentamente,

Com estima,
F. Amorim

A S do Excmo.

17.12.13



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

INFORMAÇÃO DO FISCAL ÚNICO

(artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto)

BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, EM

1.º Semestre de 2017

1



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO

II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

III. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO

IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO

V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL

VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

VII. CONCLUSÃO



I. INTRODUÇÃO

No âmbito do exercício das nossas funções de fiscal único da **BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.** (a entidade) incumbe-nos, em conformidade com o que preceitua o artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Lei do regime jurídico da atividade empresarial local) dar semestralmente informação sobre a situação económica e financeira da entidade.

Vimos agora fazê-lo relativamente ao primeiro semestre do período de 2017.

Efetuámos uma análise ao Balanço, reportado a 30 de junho de 2017 (que evidencia um total de 12 335 585 euros e um total de capital próprio de 11 241 109, incluindo um resultado líquido de 149 864 euros) e à Demonstração dos Resultados que nos foram apresentados pela Administração relativamente ao semestre em causa e aos respetivos pressupostos de base, a partir dos quais calculamos um conjunto de rácios, determinados em função do grau de importância que lhes atribuímos, nas circunstâncias concretas da entidade em causa.

II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do órgão de gestão:

- a) A preparação do balanço e da demonstração dos resultados por naturezas intercalares, reportadas a 30 de junho de 2017, tendo em conta as políticas e princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, sendo de particular relevância o princípio da especialização dos exercícios;
- b) A criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.



III. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO

A nossa responsabilidade consiste em prestar informação sobre a situação económica e financeira da entidade, referente ao período de 01 de janeiro de 2017 a 30 de junho de 2017.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, em particular a ISAE 3000R – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Os procedimentos de auditoria sobre os elementos contabilísticos que suportam os mapas financeiros apresentados pela entidade foram adequados aos objetivos de garantia de fiabilidade a que nos propomos, sendo significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Assim, a presente informação assenta essencialmente em indagações ao órgão de gestão, em procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO

Da análise do balanço infere-se o seguinte:

1. Cerca de 82% do Ativo líquido refere-se às propriedades de investimento. Reiteramos a chamada de atenção para a necessidade de obtenção de avaliações do justo valor das propriedades de investimento da entidade, para efeitos de divulgação no anexo às demonstrações financeiras do período a findar a 31 de dezembro de 2017.
2. O ativo da entidade sofreu um aumento de 6% relativamente ao período transato, acréscimo que resulta essencialmente do aumento dos outros créditos a receber, cujos principais saldos se referem ao Município de Braga e decorrem, sobretudo, do reconhecimento do Contrato-Programa de 2017, a receber até final do ano.



3. Salientamos ainda que no primeiro semestre de 2017 não foi tida em consideração a política de reconhecimento de imparidades em saldos a receber preconizada pela entidade, uma vez que não foi registado qualquer montante relativo a imparidades sobre dívidas a receber, embora existam saldos pendentes com elevada antiguidade.
4. Quanto ao passivo, constatamos que a rubrica de diferimentos se afigura como a mais significativa, representando individualmente cerca de 4% do total de balanço, à data de 30 de junho de 2017.
5. O passivo da entidade sofreu um aumento de 113% relativamente ao período transato, o que resulta essencialmente do aumento da rubrica de diferimentos referida acima, como consequência do reconhecimento do Contrato-Programa anteriormente mencionado.

V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL

Da conta de resultados salientamos os seguintes aspectos:

1. O resultado líquido do primeiro semestre de 2017 apresenta-se positivo em 149 864 euros, o que denota uma evolução favorável em relação ao período homólogo anterior, o qual foi de 51 160 euros. Este aumento encontra-se essencialmente influenciado pela diminuição dos gastos com o pessoal e do aumento dos outros rendimentos, estes últimos pelas mais valias das vendas/permutas de imóveis efetivadas no primeiro semestre de 2017.
2. Verificou-se ainda um aumento dos serviços prestados, resultante de faturação ao Município de *Reforço Apoios Socio Educativos* e de *Prestação de Serviços no Âmbito Candidaturas RADA*. Sem essa faturação esta rubrica teria verificado uma diminuição em relação ao período homólogo.
3. Para o referido resultado positivo contribuíram ainda as reversões de imparidades de dívidas a receber contabilizadas no período, no montante de 18 179 euros, e que no período homólogo foram nulas.



VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Na abordagem deste capítulo limitamo-nos a breves comentários de alguns dos rácios que calculamos e que se nos afiguram mais relevantes:

Rácios	jun/17	dez/16	Var. Abs.
Liquidez Geral (AC/PC)	1,79	2,33	-0,53
Autonomia Financeira (CP/A)	91%	96%	-4 p.p.
Solvabilidade (CP/P)	1027%	2160%	-1133 p.p.
Endividamento (P/A)	9%	4%	4 p.p.

Legenda: AC – Ativo corrente PC – Passivo corrente A – Ativo P – Passivo CP – Capital Próprio

O rácio de liquidez geral apresenta, no final do primeiro semestre do ano 2017, valores superiores à unidade, o que em termos práticos significa que a entidade poderá satisfazer sem dificuldades os seus compromissos de curto prazo. No entanto, esta liquidez encontra-se dependente das transferências do Município de Braga por via do Contrato-Programa e dos recebimentos dos clientes, sendo que este último fator representa alguns constrangimentos para a entidade, devido à natureza da atividade que esta desempenha.

Em relação ao rácio de autonomia financeira, este diminui 4 p.p. quando comparado com o período transato, essencialmente devido ao aumento do ativo, situação explicitada no ponto 2. do capítulo II.

Assim, a entidade apresenta uma autonomia financeira de 91%, o que é revelador de uma estrutura de capitais equilibrada, na medida em que a maior parte do seu Ativo é financiado por capitais próprios.

No que respeita ao equilíbrio financeiro de médio e longo prazo, e tendo em conta o rácio de solvabilidade, verificamos uma diminuição decorrente do aumento do passivo, situação explicitada no ponto 5. do capítulo II.

Quanto ao rácio de endividamento, este apresenta um incremento de 4 p.p., também este explicado pelo aumento do passivo.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Importa ainda salientar que os referidos rácios comprovam a capacidade de autofinanciamento da entidade, com base maioritariamente em fundos próprios, em detrimento de financiamento externo.

VII. CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira disponibilizada pela entidade **BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.** para o período de 6 meses, findo em 30 de junho de 2017, contenha distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com o normativo contabilístico vigente. Salientamos que a situação financeira e económica da entidade correspondeu ao que seria expectável, tendo em conta as características da atividade e as suas condições de exploração.

Braga, 24 de outubro de 2017.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda. (nº.153)

Registo CMVM nº 20161463

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, registo CMVM nº 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, registo CMVM nº 20160219)



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

INFORMAÇÃO DO FISCAL ÚNICO

(artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto)

TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.

1.º Semestre de 2017



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

ÍNDICE

- I. INTRODUÇÃO
- II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO
- III. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO
- IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO
- V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL
- VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA
- VII. CONCLUSÃO

47



I. INTRODUÇÃO

No âmbito do exercício das nossas funções de fiscal único da **TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.** (a entidade) incumbe-nos, em conformidade com o que preceitua o artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Lei do regime jurídico da atividade empresarial local) dar semestralmente informação sobre a situação económica e financeira da entidade.

Vimos agora fazê-lo relativamente ao primeiro semestre do período de 2017.

Efetuámos uma análise ao Balanço, reportado a 30 de junho de 2017 (que evidencia um total de 7 731 551 euros e um total de capital próprio de 288 983 euros, incluindo um resultado líquido de 78 640 euros) e à Demonstração dos Resultados que nos foram apresentados pela Administração relativamente ao semestre em causa e aos respetivos pressupostos de base, a partir dos quais calculamos um conjunto de rácios, determinados em função do grau de importância que lhes atribuímos, nas circunstâncias concretas da entidade em causa.

I. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do órgão de gestão:

- a) A preparação do balanço e da demonstração dos resultados por naturezas intercalares, reportados a 30 de junho de 2017, tendo em conta as políticas e princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, sendo de particular relevância o princípio da especialização dos exercícios;
- b) A criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.



II. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO

A nossa responsabilidade consiste em prestar informação sobre a situação económica e financeira da entidade, referente ao período de 1 de janeiro de 2017 a 30 de junho de 2017. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, em particular a ISAE 3000R – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Os procedimentos de auditoria sobre os elementos contabilísticos que suportam os mapas financeiros apresentados pela entidade foram adequados aos objetivos de garantia de fiabilidade a que nos propomos, sendo significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Assim, a presente informação assenta essencialmente em indagações ao órgão de gestão, em procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

III. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO

Da análise do balanço infere-se o seguinte:

1. O valor líquido do ativo resume-se essencialmente à rubrica de ativos fixos tangíveis – 86%;
2. O ativo da TUB sofreu uma diminuição de aproximadamente 4% em relação a 31 de dezembro de 2016, explicada sobretudo pela diminuição do saldo de caixa e depósitos bancários;
3. O aumento da rubrica de diferimentos registada no ativo deveria ter sido classificado como um acréscimo de rendimento, a considerar na rubrica de outros créditos a receber. Este aumento de mais de 130 000 euros resulta essencialmente de serviços prestados ao Município de Braga (alugueres e combustível) e ainda não faturados;



4. Quanto ao passivo, constatamos que os financiamentos obtidos representam 51% do total do passivo e do capital próprio da entidade, e a rubrica de fornecedores cerca de 24%;
5. A diminuição do passivo em cerca de 4% face a 31 de dezembro de 2016 deve-se sobretudo à evolução da rubrica de financiamentos obtidos;
6. Apesar de o capital próprio no final do semestre ser já positivo, a entidade permanece numa situação de perda de metade do capital, prevista no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, sendo por isso necessário adotar medidas para a recomposição do capital social, conforme já referimos em relatórios anteriores.

IV. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL

Da conta de resultados salientamos os seguintes aspetos:

1. O resultado líquido semestral passa de 184 696 euros, no período homólogo, para 78 640 euros em 30 de junho de 2017. Este decréscimo encontra-se, em grande medida, influenciado por um aumento generalizado dos gastos;
2. Os subsídios à exploração resultam essencialmente dos montantes relativos ao Contrato-Programa – 2017 celebrado com o Município de Braga, que, contudo, não se encontram totalmente especializados no semestre, o que contribui para a diminuição desta rubrica face ao período homólogo;
3. A rubrica de gastos com pessoal revela-se como a mais significativa, tendo sofrido um acréscimo de 2% face ao período homólogo.

V. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Na abordagem deste capítulo limitamo-nos a breves comentários de alguns dos rácios que calculamos e que se nos afiguram mais significantes:



Rádios	jun/17	dez/16	Var. Abs.
Liquidez Geral (AC/PC)	0,14	0,18	-0,04
Autonomia Financeira (CP/A)	4%	3%	1 p.p.
Solvabilidade (CP/P)	4%	3%	1 p.p.
Endividamento (P/A)	96%	97%	-1 p.p.

Legenda: AC – Ativo corrente PC – Passivo corrente A – Ativo P – Passivo CP – Capital Próprio

O rácio de liquidez geral apresenta, no final do primeiro semestre do ano 2017, valores inferiores à unidade, o que em termos práticos significa que a entidade evidencia dificuldades em satisfazer os seus compromissos de curto prazo.

Em relação ao rácio de autonomia financeira, este aumentou cerca de 1 p.p. quando comparado com o período transato, essencialmente devido ao aumento do capital próprio e à diminuição do ativo.

No que respeita ao equilíbrio financeiro de médio e longo prazo, e tendo em conta o rácio de solvabilidade, verificamos um aumento idêntico ao do rácio anterior, resultante dos aspetos já referidos no ponto anterior.

O rácio de endividamento apresenta uma ligeira diminuição em relação a 31 de dezembro de 2016, como consequência de uma redução do passivo ligeiramente superior à do ativo.

VI. CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira disponibilizada pela **TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.** para o período de 6 meses, findo em 30 de junho de 2017, contenha distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com o normativo contabilístico vigente. Salientamos que a situação financeira e económica da entidade correspondeu ao que seria expectável, tendo em conta as características da atividade e as suas condições de exploração.

6
4



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Braga, 24 de outubro de 2017.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda. (nº.153)

Registo CMVM nº 20161463

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, registo CMVM nº 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, registo CMVM nº 20160219)



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

INFORMAÇÃO DO FISCAL ÚNICO

(artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto)

IB – Agência Para a Dinamização Económica, E.M.

1.º Semestre de 2017



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

ÍNDICE

- I. INTRODUÇÃO
- II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO
- III. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO
- IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO
- V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL
- VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA
- VII. CONCLUSÃO



I. INTRODUÇÃO

No âmbito do exercício das nossas funções de fiscal único da **IB – Agência Para a Dinamização Económica, E.M.** (a entidade) incumbe-nos, em conformidade com o que preceitua o artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Lei do regime jurídico da atividade empresarial local) dar semestralmente informação sobre a situação económica e financeira da empresa.

Vimos agora fazê-lo relativamente ao primeiro semestre do período de 2017.

Efetuámos uma análise ao Balanço, reportado a 30 de junho de 2017 (que evidencia um total de 754 437 euros e um total de capital próprio de 171 767 euros, incluindo um resultado líquido de 24 757 euros) e à Demonstração dos Resultados que nos foram apresentados pela Administração relativamente ao semestre em causa e aos respetivos pressupostos de base, a partir dos quais calculamos um conjunto de rácios, determinados em função do grau de importância que lhe atribuímos, nas circunstâncias concretas da entidade em causa.

I. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do órgão de gestão:

- a) A preparação do balanço e da demonstração dos resultados por naturezas intercalares, reportadas a 30 de junho de 2017, tendo em conta as políticas e princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, sendo de particular relevância o princípio da especialização dos exercícios;
- b) A criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.



II. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO

A nossa responsabilidade consiste em prestar informação sobre a situação económica e financeira da entidade, referente ao período de 01 de janeiro de 2017 a 30 de junho de 2017.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, em particular a ISAE 3000R – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Os procedimentos de auditoria sobre os elementos contabilísticos que suportam os mapas financeiros apresentados pela entidade foram adequados aos objetivos de garantia de fiabilidade a que nos propomos, sendo significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Assim, a presente informação assenta essencialmente em indagações ao órgão de gestão, em procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

III. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO

Da análise do balanço infere-se o seguinte:

1. No ativo os valores resumem-se essencialmente às rubricas de Ativos fixos tangíveis – 56%, Clientes – 20% e Caixa e depósitos bancários – 19%;
2. O total do ativo da entidade decresceu aproximadamente 13%, quando comparado com a posição financeira a 31 de dezembro de 2016. Para isso contribuíram a diminuição do saldo de clientes e o efeito das depreciações de ativos fixos tangíveis, correspondentes ao primeiro semestre de 2017.

De salientar que o saldo de caixa, no montante de 24 841 euros, é composto por numerário e também pagamentos a fornecedores que aguardam as respetivas regularizações e validações das faturas correspondentes;



3. Salientamos ainda que no primeiro semestre de 2017 não foi tida em consideração a política de reconhecimento de imparidades em saldos a receber preconizada pela entidade, uma vez que não foi registado qualquer montante desta natureza no período em análise;

4. Quanto ao passivo, constatamos que os fornecedores representam 41% do total do balanço, a par das outras dívidas a pagar, com um peso relativo de 31%.

Em relação aos fornecedores e às outras dívidas a pagar, os principais saldos referem-se a dívidas à ADSE (apresentando divergências entre o passivo exigido pelo terceiro e o montante reconhecido contabilisticamente pela entidade, no montante de 43 500 euros e referente a situações ocorridas em exercícios anteriores), ajustamentos de impostos em subsídios ao investimento e estimativa de remunerações.

IV. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL

Da conta de resultados salientamos os seguintes aspetos:

1. O resultado líquido semestral diminuiu face ao período homólogo anterior, passando de 4 106 euros para 24 757 euros negativos. Esta variação resulta essencialmente da diminuição da atividade operacional da entidade, consubstanciada na diminuição dos serviços prestados em cerca de 11% nas rubricas de Aluguer de instalações (e respetivos serviços) e Feira semanal.

2. Salientamos que, em nossa opinião e convicção, o resultado poderia ser ainda mais negativo em virtude de: (i) a entidade não efetuar especializações no período; (ii) existirem gastos por contabilizar em despesas de caixa e em movimentos que se encontram em aberto nas conciliações bancárias; (iii) não estar ainda reconhecida a divergência identificada quanto à dívida à ADSE; e (iv) a contabilização dos subsídios à exploração "Subsídios do Norte 2020" como rendimento ser efetuada na ótica do recebimento (e não, na perspetiva económica e atendendo ao princípio da especialização dos exercícios).



V. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Na abordagem deste capítulo limitamo-nos a breves comentários de alguns dos rácios que apuramos e que se nos afiguram mais relevantes:

Rácios	jun/17	dez/16	Var. Abs.
Liquidez Geral (AC/PC)	0,69	0,75	-0,06
Autonomia Financeira (CP/A)	23%	28%	-5 p.p.
Solvabilidade (CP/P)	29%	39%	-9 p.p.
Endividamento (P/A)	77%	72%	5 p.p.

Legenda: AC – Ativo corrente / PC – Passivo corrente / A – Ativo / P – Passivo / CP – Capital Próprio

O rácio de liquidez geral apresenta, no final do primeiro semestre do ano 2017, valores inferiores à unidade, o que em termos práticos significa que a entidade continua a evidenciar dificuldades em satisfazer os seus compromissos de curto prazo.

A par do decréscimo do valor dos capitais próprios, superior ao decréscimo do ativo, o rácio de autonomia financeira diminui cerca de 5 p.p., quando comparado com o período transato.

No que respeita ao equilíbrio financeiro de médio e longo prazo, assistimos a uma diminuição do rácio de solvabilidade em 9 p.p., o qual é explicado por uma diminuição do passivo inferior à redução ocorrida nos capitais próprios, em termos relativos.

O rácio de endividamento apresenta um aumento face a dezembro de 2016, em consequência da diminuição mais acentuada do ativo comparativamente à diminuição do passivo.

VI. CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira disponibilizada pela entidade **IB – Agência Para a Dinamização Económica, E.M.** para o período de 6 meses, findo em 30 de junho de 2017, contenha distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com o normativo contabilístico vigente. Salientamos que a situação financeira e económica da



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

entidade correspondeu ao que seria expectável, tendo em conta as características da atividade e as suas condições de exploração.

Braga, 24 de outubro de 2017.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda. (nº.153)

Registo CMVM nº 20161463

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, registo CMVM nº 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, registo CMVM nº 20160219)



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

INFORMAÇÃO DO FISCAL ÚNICO

(artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto)

Teatro Circo de Braga, E.M., S.A.

1.º Semestre de 2017



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

ÍNDICE

- I. INTRODUÇÃO
- II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO
- III. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO
- IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO
- V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL
- VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA
- VII. CONCLUSÃO

27



I. INTRODUÇÃO

No âmbito do exercício das nossas funções de fiscal único da **Teatro Circo de Braga, E.M., S.A.** (a entidade) incumbe-nos, em conformidade com o que preceitua o artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Lei do regime jurídico da atividade empresarial local) dar semestralmente informação sobre a situação económica e financeira da empresa.

Vimos agora fazê-lo relativamente ao primeiro semestre do período de 2017.

Efetuámos uma análise ao Balanço, reportado a 30 de junho de 2017 (que evidencia um total de 1 447 336 euros e um total de capital próprio de 1 217 718 euros, incluindo um resultado líquido de 29 636 euros) e à Demonstração dos Resultados que nos foram apresentados pela Administração relativamente ao semestre em causa e aos respetivos pressupostos de base, a partir dos quais calculamos um conjunto de rácios, determinados em função do grau de importância que lhe atribuímos, nas circunstâncias concretas da entidade em causa.

I. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do órgão de gestão:

- a) A preparação do balanço e da demonstração dos resultados por naturezas intercalares, reportados a 30 de junho de 2017, tendo em conta as políticas e princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, sendo de particular relevância o princípio da especialização dos exercícios;
- b) A criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.



II. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO

A nossa responsabilidade consiste em prestar informação sobre a situação económica e financeira da entidade, referente ao período de 01 de janeiro de 2017 a 30 de junho de 2017.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, em particular a ISAE 3000R – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Os procedimentos de auditoria sobre os elementos contabilísticos que suportam os mapas financeiros apresentados pela entidade foram adequados aos objetivos de garantia de fiabilidade a que nos propomos, sendo significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Assim, a presente informação assenta essencialmente em indagações ao órgão de gestão, em procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

III. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO

Da análise do balanço infere-se o seguinte:

1. Cerca de 77% do Ativo líquido refere-se à rubrica de Ativos fixos tangíveis, sendo que esta corresponde, em grande medida, ao montante registado nas rubricas de Terrenos e Edifícios, rubricas em relação às quais sugerimos particular atenção e monitorização regular quanto à efetiva titularidade, valorização e mensuração desses ativos;
2. O ativo do Teatro Circo sofreu uma ligeira diminuição, de aproximadamente 2% em relação a 31 de dezembro de 2016, para a qual contribuiu mais significativamente a diminuição dos saldos de caixa e depósitos bancários;
3. Salientamos ainda um aumento dos capitais próprios em cerca de 2%, para o qual contribuiu o resultado líquido positivo do período;



4. Quanto ao passivo, constatamos que a rubrica de outras dívidas a pagar se afigura como a mais significativa, da qual grande parte do saldo respeita às especializações de remunerações;
5. O passivo da entidade sofreu uma diminuição de aproximadamente 20% relativamente ao período transato, o que resulta essencialmente da diminuição das rubricas de outras dívidas a pagar, diferimentos e fornecedores.

IV. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL

Da conta de resultados salientamos os seguintes aspetos:

1. O resultado líquido do primeiro semestre de 2017 apresenta-se positivo em 29 636 euros, o que denota uma evolução favorável em relação ao período homólogo anterior, o qual foi negativo em 103 741 euros. Este aumento encontra-se essencialmente influenciado pela significativa diminuição dos gastos com fornecimentos e serviços externos;
2. Relativamente aos fornecimentos e serviços externos, a rubrica que mais contribuiu para a diminuição dos mesmos foi a de *Trabalhos especializados - cachês*.
De referir ainda que no fecho do semestre não foi efetuada a respetiva especialização quanto aos espetáculos, pelo que poderão existir gastos já incorridos mas ainda não contabilizados;
3. Os subsídios à exploração referem-se essencialmente ao Contrato Programa com o Município, que em termos anuais apresenta um aumento superior a 6% face ao período anterior.



V. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Na abordagem deste capítulo limitamo-nos a breves comentários de alguns dos rácios que apuramos e que se nos afiguram mais relevantes:

Rácios	jun/17	dez/16	Var. Abs.
Liquidez Geral (AC/PC)	1,73	1,42	0,31
Autonomia Financeira (CP/A)	84%	81%	3%
Solvabilidade (CP/P)	530%	418%	112%
Endividamento (P/A)	16%	19%	-3%

Legenda: AC – Ativo corrente PC – Passivo corrente A – Ativo P – Passivo CP – Capital Próprio

O rácio de liquidez geral apresenta, no final do primeiro semestre do ano 2017, valores superiores à unidade, o que em termos práticos significa que a entidade poderá satisfazer sem dificuldades os seus compromissos de curto prazo. No entanto, esta liquidez encontra-se dependente das transferências do Município de Braga, por via do Contrato-Programa e das prestações de serviços efetuadas pela entidade.

Em relação ao rácio de autonomia financeira, este aumenta aproximadamente 3 p.p. quando comparado com o período transato, essencialmente devido ao aumento dos capitais próprios acompanhado de uma diminuição do ativo.

Assim, a entidade apresenta uma autonomia financeira de 84%, o que é revelador de uma estrutura de capitais equilibrada, na medida em que a maior parte do seu Ativo é financiado por capitais próprios.

No que respeita ao equilíbrio financeiro de médio e longo prazo, e tendo em conta o rácio de solvabilidade, verificamos um aumento do mesmo em resultado do aumento do capital próprio, mas também da diminuição do passivo.

Quanto ao rácio de endividamento, este apresenta uma diminuição de cerca de 3 p.p., pela diminuição do passivo mais significativa que a diminuição do ativo.

Importa, a este propósito, salientar que os referidos rácios comprovam a capacidade de autofinanciamento da entidade com base maioritariamente em fundos próprios, em detrimento de financiamento externo.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

VI. CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira disponibilizada pela entidade **Teatro Circo de Braga, E.M., S.A.** para o período de 6 meses, findo em 30 de junho de 2017, contenha distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com o normativo contabilístico vigente. Salientamos que a situação financeira e económica da entidade correspondeu ao que seria expectável, tendo em conta as características da atividade e as suas condições de exploração.

Braga, 24 de outubro de 2017.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda. (nº.153)

Registo CMVM nº 20161463

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, registo CMVM nº 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, registo CMVM nº 20160219)



EXMO. SENHOR
PRESIDENTE DO ORGÃO EXECUTIVO DO MUNICÍPIO
DE BRAGA – Sr. Dr. Ricardo Rio
Praça Municipal
4704 – 514 Braga

Braga, 04 de dezembro de 2017.

Assunto: Informação Semestral do Fiscal Único

Exmos. Senhores,

Vimos pelo presente, junto remeter a V. Exas a Informação do 1º Semestre de 2017 da Agere – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga – E.M.

Sem outro assunto, apresentamos a V. Exa. o nossos melhores cumprimentos, subscrevendo-nos,


De V. Exa.

Atentamente,



Praça Camilo Castelo Branco
nº 31 - Sala 43
4700-209 Braga

A ~ 6 km/hr.
1712.13





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

INFORMAÇÃO DO FISCAL ÚNICO

(artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto)

Agere – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga - E.M.

1.º Semestre de 2017



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

ÍNDICE

- I. INTRODUÇÃO
- II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO
- III. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO
- IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO
- V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL
- VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA
- VII. CONCLUSÃO

Handwritten signature and initials in blue ink.



I. INTRODUÇÃO

No âmbito do exercício das nossas funções de fiscal único da **Agere – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga - E.M.** (a entidade) incumbe-nos, em conformidade com o que preceitua o artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Lei do regime jurídico da atividade empresarial local) dar semestralmente informação sobre a situação económica e financeira da entidade.

Vimos agora fazê-lo relativamente ao primeiro semestre do período de 2017.

Efetuámos uma análise ao Balanço, reportado a 30 de junho de 2017 (que evidencia um total de 139 999 424 euros e um total de capital próprio de 70 327 656 euros, incluindo um resultado líquido de 2 662 116 euros) e à Demonstração dos Resultados que nos foram apresentados pela Administração relativamente ao semestre em causa e aos respetivos pressupostos de base, a partir dos quais calculamos um conjunto de rácios, determinados em função do grau de importância que lhes atribuímos, nas circunstâncias concretas da entidade em causa.

II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do órgão de gestão:

- a) A preparação do balanço e da demonstração dos resultados por naturezas intercalares, reportadas a 30 de junho de 2017, tendo em conta as políticas e princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, sendo de particular relevância o princípio da especialização dos exercícios;
- b) A criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.



III. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO

A nossa responsabilidade consiste em prestar informação sobre a situação económica e financeira da entidade, referente ao período de 01 de janeiro de 2017 a 30 de junho de 2017.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, em particular a ISAE 3000R – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Os procedimentos de auditoria sobre os elementos contabilísticos que suportam os mapas financeiros apresentados pela entidade foram adequados aos objetivos de garantia de fiabilidade a que nos propomos, sendo significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Assim, a presente informação assenta essencialmente em indagações ao órgão de gestão, em procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO

Da análise do balanço infere-se o seguinte:

1. No Ativo não corrente, as rubricas de Ativos fixos tangíveis e de Participações financeiras assumem-se como as mais significativas, representando aproximadamente 84% do valor líquido total do Ativo. Importa ainda referir que os ativos fixos tangíveis (representativos de 76% do Ativo líquido total) incluem investimentos em curso, no montante de 1 380 176 euros, e que as participações financeiras se encontram valorizadas ao método de equivalência patrimonial, sendo de destacar a participação de 79% na Braval.



2. O Ativo corrente da entidade sofreu um aumento superior a 5% face à situação evidenciada em 31 de dezembro de 2016, essencialmente devido às rubricas de Caixa e depósitos bancários e de Outros créditos a receber.
3. Nos Outros créditos a receber encontra-se reconhecido o montante global de 10 278 259 euros que a entidade espera receber do Município de Braga a título de indemnizações compensatórias (subsídios à exploração) referentes aos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016 e primeiro semestre de 2017. Importa quanto a esta matéria referir que tal montante se encontra ainda a aguardar o necessário visto do Tribunal de Contas, sem o qual se estimam efeitos redutores no apuramento do resultado líquido do período, de 936 916 euros, e nos capitais próprios, no montante de 9 341 344 euros, razão pela qual a nossa certificação legal das contas tem vindo a ser modificada quanto a esta matéria.
4. Quanto ao Passivo, constatamos que as rubricas de Financiamentos obtidos, Acionistas e Outras dívidas a pagar são as mais expressivas, representando cerca de 31%, 9% e 6% do total de balanço, respetivamente.
5. Em relação à situação patrimonial apresentada em 31 de dezembro de 2016, verificou-se um aumento do Passivo superior a 4%, em parte decorrente da rubrica de Acionistas, em virtude da deliberação de distribuição de dividendos efetuada ao Município de Braga e à *Geswater*, no decurso do primeiro semestre de 2017.
6. Quanto à rubrica de Resultados transitados, de referir que o saldo quase nulo apresentado no balanço de 30 de junho de 2017 decorre da política de distribuição de resultados aos acionistas, que tem vindo a ser adotada pela entidade ao longo dos últimos exercícios.
7. A rubrica de Outras variações no capital próprio, que evidencia um saldo de 15 161 270 euros, diz respeito a subsídios ao investimento de caráter não reembolsável, líquidos dos respetivos ajustamentos em impostos. Tais subsídios são objeto da correspondente imputação a rendimento, na rubrica de Outros rendimentos, na proporção das depreciações dos ativos subsidiados.



8. Os Ajustamentos em ativos financeiros, registados em capitais próprios, apresentam em 30 de junho de 2017 um saldo de 9 300 800 euros, fruto da aplicação do método da equivalência patrimonial sobre a participação financeira na Braval.

V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL

Da conta de resultados salientamos os seguintes aspetos:

1. O resultado líquido semestral sofreu um ligeiro decréscimo em cerca de 2% em relação ao período homólogo, para o qual contribuiu a diminuição dos subsídios à exploração e dos outros rendimentos.
2. A rubrica de Subsídios à exploração apresenta neste período um saldo de 936 916 euros, que diz respeito ao reconhecimento de indemnizações compensatórias que a entidade espera receber do Município de Braga, conforme referido no ponto 3. acima, quanto aos Outros créditos a receber.

VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Na abordagem deste capítulo limitamo-nos a tecer breves comentários sobre a evolução de alguns rácios económico-financeiros, que entendemos contribuir para ilustrar a evolução da performance operacional e da situação patrimonial da entidade:

Rácios	jun-17	dez-16	Varição
Liquidez Geral (AC/PC)	0,90	0,93	-0,03
Autonomia Financeira (CP/A)	50%	53%	-3 p.p.
Solvabilidade (CP/P)	101%	112%	-11 p.p.
Endividamento (P/A)	50%	47%	3 p.p.

Legenda: AC – Ativo corrente PC – Passivo corrente A – Ativo P – Passivo CP – Capital Próprio



1. O rácio de liquidez geral evidencia uma ligeira diminuição face a 31 de dezembro de 2016, o que em termos práticos significa que os ativos correntes da entidade permitem satisfazer uma menor proporção dos seus compromissos de natureza corrente, continuando a não serem suficientes para os liquidar na totalidade.
2. Quando comparado com o final do exercício de 2016, os capitais próprios apresentam uma diminuição, por um lado já explanada nos pontos anteriores e, por outro, pelo facto de incorporar um resultado do exercício referente ao semestre em análise (cerca de 50% do resultado de 2016), diminuição essa que se revelou, em termos relativos, superior à redução ocorrida no Ativo.

Assim, o rácio de autonomia financeira sofreu uma diminuição face a 31 de dezembro de 2016 de aproximadamente 3 p.p. Todavia, a entidade apresenta uma autonomia financeira de 50%, o que é revelador de uma estrutura de capitais equilibrada, na medida em que cerca de metade do seu Ativo é financiado por capitais próprios.

3. A combinação da diminuição dos capitais próprios (referida na nota anterior), com o aumento do passivo, em relação a 31 de dezembro de 2016, provocou uma diminuição de quase 11 p.p. no rácio de solvabilidade e um aumento de aproximadamente 3 p.p. no rácio de endividamento. No entanto, importa salientar que os referidos rácios comprovam a capacidade de autofinanciamento da entidade, com base maioritariamente em fundos próprios, em detrimento de financiamento externo.

VII. CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira disponibilizada pela entidade **Agere – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga - E.M.** para o período de 6 meses, findo em 30 de junho de 2017, contenha distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com o normativo contabilístico vigente. Salientamos que a situação financeira e económica da entidade correspondeu ao que seria expectável, tendo em conta as características da atividade e as suas condições de exploração.

7
H



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Braga, 24 de outubro de 2017.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda. (nº.153)

Registo CMVM nº 20161463

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, registo CMVM nº 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, registo CMVM nº 20160219)